

**JAMILLE PAZ ANDRADE**

**A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS:  
O CASO DA CPLP**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Renata de Melo Rosa

**Brasília – DF  
2003**

**JAMILLE PAZ ANDRADE**

**A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CULTURAIS:  
O CASO DA CPLP**

Banca Examinadora:

---

Profa. Renata de Melo Rosa  
(Orientadora)

---

Prof. Marcelo Gonçalves do Valle  
(Membro)

---

Prof. Tarciso Dal Maso Jardim  
(Membro)

**Brasília – DF  
2003**

*“Pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração de um novo ethos e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade”.*

Milton Santos

*À Corina Xavier Ribeiro*

## AGRADECIMENTOS

A Deus agradeço pelo dom da vida e por ter me confiado pessoas tão maravilhosas como:

A minha Orientadora Renata de Melo Rosa que com tamanha tranqüilidade e dedicação me fez descobrir e desenvolver consciência crítica e reflexiva frente à vida. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa *Cultura e Relações Internacionais* que me proporcionou conhecimento e interesse para o desenvolvimento deste tema;

O professor Arthur Trindade Maranhão Costa que desde o início acreditou na importância desta pesquisa;

O professor Marcelo Gonçalves do Valle que contribuiu com sugestões positivas para a qualidade desta monografia;

Os meus pais e familiares que sempre acreditaram e incentivaram os meus estudos e que com palavras e orações me deram forças para continuar;

Os meus amigos que leram minhas versões e me deram sugestões positivas, em especial, Ana Cecília Oliveira, Ana Carolina de Carvalho, Diogo Akitaya, Kátia Albuquerque, Luciana Goulart, Mônica Lannes, Tatyane Costa e Thaylise Bezerra. Agradeço pelo apoio destes e de outros amigos, que com palavras de incentivo, contribuíram para a minha persistência na elaboração deste trabalho.

E todos os professores e funcionários do curso de Relações Internacionais do UNICEUB que, mesmo de longe e sem nenhuma obrigação ajudaram-me a acreditar que este trabalho tinha toda a possibilidade de dar certo.

## SUMÁRIO

<b>ÍNDICE DE QUADRO.....</b>	<b>VII</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>VIII</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>IX</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – POR QUE OS PAÍSES SE UNEM? .....</b>	<b>12</b>
A Teoria da Prática.....	14
<b>CAPÍTULO II – OS LUSOTROPICAIS: ORIGEM E HISTÓRIA DA LUSOTROPICOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
Peculiaridades da Colonização Portuguesa.....	22
A modernidade da Cultura luso-tropical .....	26
A Língua Portuguesa.....	30
<b>CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP.....</b>	<b>33</b>
A Formação da CPLP.....	34
As Três Vertentes da CPLP .....	44
A Concertação Político-Diplomática .....	46
A Cooperação .....	51
A divulgação da Língua Portuguesa.....	55
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>62</b>

## **ÍNDICE DE QUADRO**

<b>QUADRO ÚNICO - EVOLUÇÃO DOS PARAMETROS ESTABELECIDOS PARA UTILIZAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL 2002-2003 .....</b>	<b>54</b>
---	-----------

## RESUMO

ANDRADE, Jamille Paz. *A Formação de Organizações Culturais: o Caso da CPLP*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Brasília: Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2003.

A cultura exerce um importante papel na sociedade: o da identidade. A monografia estuda esta característica da cultura abordando a questão linguística. A língua portuguesa é analisada, à luz de Gilberto Freyre, como principal motivação para a instauração de uma lusotropicologia. É realizado um estudo de caso sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Gilberto Freyre, Cultura.



## **ABSTRACT**

ANDRADE, Jamille Paz. *The Constitution of Cultural Organizations*. The study of the Community of Portuguese Speaking Countries. Essay (Graduation in Foreign Affairs). Brasília: Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2003.

Culture plays an important role in society: the identity one. This work is about this culture peculiarity, comprising the linguistic aspect. The Portuguese language is analyzed, in conformity to Gilberto Freyre, as the main contribution to the “lusotropicologia” arising. CPLP (Community of Portuguese Speaking Countries) is studied here.

Key Words: Portuguese language, Community of Portuguese Speaking Countries, CPLP, Gilberto Freyre, Culture.

## INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX, podemos observar que, para buscarem de forma mais rápida e eficiente seus objetivos, os países utilizaram a formação de comunidades e blocos para que, juntos, obtivessem êxito em suas ações mais difíceis como, por exemplo, a resolução de conflitos. Esta prática permitiu que houvesse a consciência acerca da importância da integração. Contemporaneamente é possível observar o crescimento e a importância das Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Blocos de Integração Regional, como o MERCOSUL, União Européia e também uma legislação que visa estabelecer parâmetros para regular essa atividade no cenário internacional e que advoga a vantagem de integração entre as nações. Refiro-me especificamente ao Direito Internacional.

Sobre a integração, quero apresentar nesta monografia um estudo acerca da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta comunidade, apesar da dispersão geográfica e das dificuldades de cunho político e econômico dos seus Estados membros, vem a cada dia firmando seu lugar no cenário internacional. É importante observar que, através de aspectos culturais, como a língua portuguesa e a identidade cultural que estes países possuem uns com os outros, proporcionou-se a formação de uma comunidade em que tivessem como objetivos, a divulgação deste idioma, a cooperação e a solidariedade. Este estudo é interessante porque nos remete à visão de um tipo diferenciado de integração, formado não somente por vantagens econômicas de curto prazo, mas pela adesão voluntária dos membros que desejam combinar esforços tendo em vista o alcance de objetivos comuns.

Assim, no primeiro capítulo busco apresentar a *Teoria da Prática* de Pierre Bourdieu tendo a cultura como fator formador da sociedade e, portanto, de um Organização Internacional, como fundamento para este estudo e pretendo ainda neste capítulo, indicar a língua como um fator relevante que pode unificar uma sociedade historicamente marcada pela segmentação étnica.

No segundo Capítulo, discorro sobre as peculiaridades da colonização portuguesa a partir da leitura de Gilberto Freyre, um dos primeiros idealizadores de uma comunidade lusotropical. Neste capítulo, também pondero sobre a peculiaridade da cultura portuguesa, que por meio do seu projeto colonial, conseguiu se amalgamar às culturas nativas.

O capítulo final faz um estudo de caso sobre a Comunidade dos países de Língua Portuguesa, explicitando a sua formação, o seu histórico e seus principais objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação técnica e a divulgação da língua portuguesa.

## CAPÍTULO I – POR QUE OS PAÍSES SE UNEM?

O presente capítulo tem por objetivo de utilizar a *Teoria da Prática* proposta por Pierre Bourdieu, como fator relevante para a formação de Organizações Internacionais de caráter não-econômico e introduzir uma breve discussão sobre a questão da Língua Portuguesa como elemento para a formação de um Organização Internacional – a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Esta teoria é importante porque tem a cultura<sup>1</sup> como fator de integração. Para Geertz, a cultura é vista como um conjunto de mecanismos de controle - planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento. Esse mecanismo de controle determina o padrão de escolha, o estilo de vida, o ordenamento social, entre outros e não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela - a principal base de sua especificidade. A partir desta linha de raciocínio, nós somos seres incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura - não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura. Nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais.

Para justificar minha afirmação, quero descrever nas linhas abaixo a discussão proposta por Marshal Sahlins,<sup>2</sup> com o objetivo de buscar uma maior compreensão sobre a necessidade da cultura como fator primordial e essencial para a formação da teoria integracionista. No texto em que analisa a sociedade ocidental enquanto cultura, o autor demonstra a interdisciplinariedade das Ciências Sociais e Econômicas, na qual a estrutura da economia, por parecer uma consequência objetivizada do comportamento prático, omite a organização social das coisas e o projeto cultural de pessoas e bens refletido no mercado.

---

<sup>1</sup> O significado do conceito de cultura que será defendido nesta monografia é a mesma apresentada por Clifford Geertz em *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

<sup>2</sup> SAHLINS, Marshal. Em *La Pensée Bourgeoise – a sociedade ocidental como cultura, “In” Cultura e Razão Prática*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2003

“Ao tratar a produção como um processo natural pragmático de satisfação de necessidades, corre o risco de uma aliança com a economia burguesa no trabalho de aumentar a alienação de pessoas e coisas para um poder cognitivo maior. Os dois (a economia e a alienação) se uniriam para esconder o sistema significativo na práxis pela explicação prática do sistema. Se esconder é permitido, ou introduzido clandestinamente como premissa, tudo aconteceria em uma antropologia marxista como acontece na economia ortodoxa, como se o analista fosse logrado pelo mesmo fetichismo da mercadoria que fascina os participantes no processo. Concebendo-se a criação e o movimento de bens somente a partir de suas quantidades pecuniárias (valor de troca), ignora-se o código cultural de propriedades concretas que governa a “utilidade” e assim continua incapaz de dar conta do que é de fato produzido”.<sup>3</sup>

Sahlins afirma a necessidade de se considerar a formação cultural de uma sociedade para estudos de caráter econômico, visto que a cultura estrutura o campo econômico, a demanda e a produção de bens e que ignorar esse código cultural recria a auto-ilusão racionalista da sociedade onde o sistema lógico dos objetos e relações sociais segue em um plano inconsciente, manifestado somente através de decisões de mercado baseadas no preço, deixando a impressão de que a produção não passa de uma manifestação de uma racionalidade esclarecida. Para o autor, a estrutura da economia aparece como a consequência objetivizada do comportamento prático, mas é condicionado por uma demanda cultural de bens e objetos<sup>4</sup>.

Com essa visão, é possível perceber que existe um ordenamento cultural que orienta a produção e que além de uma natureza biológica, o homem possui uma segunda natureza, a cultural, que ordena das suas mais simples atitudes às intenções econômicas e a estratégia de produção. Segundo Marx, a produção não é devotada somente à reprodução dos produtores, mas também às relações sociais sob as quais ela se dá. Os homens nunca produzem absolutamente, isto é, como seres biológicos em um universo de necessidade física. Os homens produzem objetos para sujeitos sociais específicos, no processo de reprodução de sujeitos por objetos *sociais*<sup>5</sup>.

Desta forma, o que podemos concluir é que a produção é movida por uma intenção cultural<sup>6</sup>, uma determinação de valores que representa um processo contínuo de vida social na qual os homens reciprocamente definem os objetos em termos de si mesmos e também

---

<sup>3</sup>. SAHLINS, M. “La pensée bourgeoise. In Cultura e razão prática”, op.cit. **p.166**

<sup>4</sup> Marshal Sahlins, op. cit p.166.

<sup>5</sup> Marshal Sahlins, op.cit p.168

<sup>6</sup> Marshal Sahlins, op.cit p.169

se definem em termos de objetos. Sahlins utiliza vários exemplos para defender suas afirmações e demonstra que o valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que o valor-mercadoria. Ele cita a razão pela qual, na sociedade ocidental burguesa, a carne de cachorro não é comestível e a de boi o é, sendo que as propriedades nutricionais da carne canina são praticamente as mesmas da bovina. É por sua correlação em um sistema simbólico e não pela natureza do objeto em si nem por sua capacidade de satisfazer uma necessidade material que os objetos adquirem valores diferenciados. O autor afirma que “Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade, exceto pela significação que os homens a atribuem”.<sup>7</sup>

Com essa breve explicação quero, nas linhas subseqüentes, apresentar a *Teoria da Prática* de Bourdieu<sup>8</sup>. Esta teoria visa justificar a importância e a eficiência de se considerar fatores ideológicos e culturais em estudos sócio-econômicos e indica também a integração de comunidades não somente por fatores relacionados ao mercado e sim por familiaridade de ideologia, crenças e língua.

## A Teoria da Prática

Segundo Miceli<sup>9</sup>, o estudo da “ideologia” e da “cultura” passou a constituir um dos objetos cruciais das Ciências Humanas. Uma boa demonstração desta prática foram as inúmeras correntes teóricas e métodos de análise que surgiram depois da metade do século XX na Europa e nos Estados Unidos. Essas correntes e análises fizeram com que os clássicos fossem relidos e que a problemática da ideologia se tornasse a preocupação central dos estudos modernos. Com isso, estabelecendo-se que a importância e a eficiência de uma teoria científica dependem da sua capacidade para fixar os elementos constantes, deixando de lado a variedade da aparência, Miceli consegue distinguir duas posturas principais dentre as diversas orientações que lidam com sistemas de fatos e representações comumente recobertos pelo conceito de cultura:

“A problemática Kantiana que considera a cultura em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao significado dos signos e quanto ao significado do mundo. De outro,

---

<sup>7</sup> Marshal Sahlins, op.cit p.170

<sup>8</sup> Pierre Bourdieu. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Editora Perspectiva S/A. 1999.

<sup>9</sup> Sérgio Miceli. Ver a introdução de *A Economia das trocas simbólicas*, op.cit.

tende-se a considerar a cultura e os sistemas simbólicos em geral como instrumento de poder, isto é, de legitimação da ordem vigente”.<sup>10</sup>

Desta forma, este autor indica que a limitação mais grave da primeira tendência reside no fato de privilegiar a cultura como **estrutura estruturada**<sup>11</sup> em lugar de enxergá-la como **estrutura estruturante**<sup>12</sup> relegando, portanto, as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos e enfatizando a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica. Para Bourdieu, a organização interna dos sistemas de classificação obedece a um modelo fornecido pela sociedade:

“Uma vez que os sistemas simbólicos derivam suas estruturas da aplicação sistemática de um simples *principium divisionis* e podem assim organizar a representação do mundo natural e social dividindo-o em termos de classes antagônicas; uma vez que fornece tanto o significado quanto um consenso em relação ao significado através da lógica de inclusão/exclusão, encontram-se predispostos por sua própria estrutura a preencher funções simultâneas de inclusão e exclusão, associação e dissociação, integração e distinção. Somente na medida em que tem como função lógica e gnosiológica – isto é política –, de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma *estrutura estruturada* ela reproduz sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevalentes que, enquanto uma *estrutura estruturante* (como uma problemática), a cultura produz uma representação do mundo social e imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes”.<sup>13</sup>

Neste contexto, Bourdieu valoriza a dimensão simbólica ou ideológica dos processos sociais ligada a uma ênfase quanto às determinações específicas do sistema de dominação, a um privilegiamento excessivo dos modos racionais pelos quais o agente ordena a realidade que o envolve. Deste modo, afirma que as relações entre os grupos e/ou as classes obedecem a uma lógica que reproduz de forma dissimulada no plano das significações. Como exemplo, cita a sociedade capitalista, cujo desenvolvimento baseia-se numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada a que corresponde uma sociedade de classes, cujas posições

---

<sup>10</sup> Sérgio Miceli, op.cit p.VIII.

<sup>11</sup> Que é, segundo Miceli, ligada à noção primitiva de classificação: uma operação lógica que consiste em hierarquizar as coisas do mundo sensível em grupos e gêneros cuja delimitação apresenta um caráter arbitrário. Segundo Durkeim, “a classificação das coisas reproduz a classificação dos homens”. A organização social constitui a base e o fundamento último do sistema de classificação das coisas.

<sup>12</sup> Para Miceli, a organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constituem uma função lógica necessária que permite à cultura dominante, numa dada formação social, cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação.

<sup>13</sup> Pierre Bourdieu. “The Thinkable and the Unthinkable”, in The Times Literary Supplement. 1971 p.1255-6. Apud Sérgio Miceli. “A Economia das Trocas Simbólicas”, op.cit.

respectivas e cujo peso relativo encontram seu fundamento nas formas pelas quais se reparte, de maneira desigual, o produto do trabalho, sob as modalidades de capital econômico e cultural.

Com estas aspirações apresentadas quero, nas linhas seguintes, expor, uma breve argumentação sobre que classificação seria melhor denominada para aqueles países que com as mínimas condições econômicas e tecnológicas se unem visando à geração de novas políticas para o desenvolvimento evidenciando não somente acordos comerciais, mas também a formação de laços permanentes pela produção de conhecimento e a expansão das políticas sociais. Desta forma, os comentários a seguir referem-se à conceituação de Organização Internacional proposta por Cláudio Zanghi com o objetivo de classificar a formação de blocos de caráter não-econômico na literatura das Relações Internacionais.

“O progressivo aumento dos membros da comunidade internacional e a variedade de interesses políticos, econômicos e sociais que ele trouxe, levaram os Estados a criar formas associativas em áreas geopolíticas, espontaneamente definidas pela afinidade de interesses e problemas, com o fim de alcançar objetivos comuns, mais facilmente acessíveis num contexto homogêneo, baseado em razões políticas, econômicas, sociais, geográficas, ou mesmo étnicas e religiosas. Esse fenômeno se manifesta na instituição de organizações regionais específicas, nomeadamente no campo econômico; mas dá-se também no seio das organizações internacionais, de tendência universalista, em cujo âmbito os grupos regionais homogêneos constituem muitas vezes o elemento catalisador no desenvolvimento de ações comuns ou coordenadas, ou então o pressuposto de uma estrutura descentralizada, territorialmente articulada, mediante órgãos regionais criados na área dos órgãos subsidiados”<sup>14</sup>.

O conceito que utilizarei de Organização Internacional é o mesmo proposto por Zanghi - *União Internacional de Estados* que, segundo o autor, é a forma mais freqüente e, ao mesmo tempo, mais simples, usada pelos sujeitos do ordenamento internacional para a satisfação de um interesse comum. Os requisitos essenciais se resumem na existência de um acordo internacional entre os Estados, visando criar uma colaboração estável, disciplinada por normas de Direito Internacional para a realização de interesses comuns. Desta ampla categoria se distinguem as uniões internacionais institucionalizadas, isto é, as que não se limitam a coordenar as atividades dos Estados-membros, mas dão lugar a uma entidade separada, destinada a exercer sua própria função prevista por um acordo internacional.

---

<sup>14</sup> Cláudio Zanghi, **Organização Internacional** In: Norberto Bobbio. *Dicionário de Política*. 5 ed. Editora Universidade de Brasília. 2000.



“A Organização Internacional é uma associação entre sujeitos de Direito Internacional<sup>15</sup>, instituída e disciplinada segundo normas do mesmo direito, concretizado numa entidade de caráter estável e dotada de um ordenamento jurídico peculiar, bem como de órgãos e meios próprios para cumprir os fins de interesses comuns para que foi criada”.<sup>16</sup>

A análise dessa realidade permite acrescentar certos elementos que, por sua presença na quase totalidade das organizações internacionais existentes, bem podem ser considerados como características gerais dessas entidades. O primeiro de tais elementos reside no *caráter voluntário* da sua constituição.

“O acordo internacional que lhe dá origem é, de fato, ato atípico em que se concretiza o encontro das vontades de vários sujeitos. Esta característica está destinada a refletir-se na própria vida da entidade, geralmente ligada à duração do ato da instituição e, conseqüentemente, à vontade dos sujeitos que lhe deram vida”.<sup>17</sup>

Outro elemento, segundo Zanghi, é o *caráter paritário* em que a associação se funda. Diversamente do que ocorre com certas uniões de Estados que podem, inclusive, validar a preponderância de um sujeito sobre outro, todas as Organizações Internacionais se baseiam no princípio da igualdade dos membros.

O autor indica como terceiro elemento a *pluralidade dos membros* que constituem uma organização internacional. Esta se origina num acordo multilateral e só fica geralmente instituída quando um certo número de Estados, previsto no próprio acordo, manifestou a vontade definitiva de participar, mediante as formalidades prescritas para aceitação do ato institutivo.

Seguindo esta definição de Organização Internacional proposta e pelas aspirações da cultura como fator importante para a formação de classes, sistemas e estruturas sócio-econômicas, será exposta nas linhas abaixo uma breve discussão sobre o caráter dinâmico da cultura, que sofre mudanças por fatores internos e externos e o contato com outras culturas gera uma troca, um “comércio”. Esta abordagem será dada por base ao questionamento proposto

---

<sup>15</sup> O Estado Soberano, as Organizações Internacionais e outras associações de Estados, por exemplo.

<sup>16</sup> Cláudio Zanghi, **Organização Internacional**. op. cit.

<sup>17</sup> Cláudio Zanghi, op. cit

por Kwame Anthony Appiah<sup>18</sup> sobre a manutenção do idioma colonial nos Estados africanos colonizados por Portugal, mesmo depois uma brutal história colonial e de quase duas décadas de contínua resistência armada que, apesar da descolonização da África Portuguesa, em meados dos anos 70, foi deixado para estas nações uma elite que redigiu as leis e a literatura africanas em português.

Segundo Pierre Bourdieu<sup>19</sup>, embora seja legítimo tratar as relações sociais como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos.

De acordo com os pensamentos apresentados, Appiah descreve a importância da manutenção da língua européia após a independência pela razão óbvia de que a escolha de qualquer outra língua nativa teria favorecido um único grupo lingüístico. Assim, a língua do colonizador acabou operando como o elemento capaz de construir uma idéia, ainda que fraca, de unidade nacional mais recém-inaugurados nos Estados pós-coloniais de África.

Para abrir caminho para fora de suas próprias comunidades e adquirir o reconhecimento nacional, para não falar do internacional; a maioria das línguas tradicionais – com a exceção óbvia do swahili - tem que ser traduzida. Poucos estados africanos têm o privilégio de corresponder a uma comunidade lingüística tradicional. Por essa simples razão quase todos os escritores que procuram uma tradição nacional, transcendendo divisões étnicas dos novos Estados Africanos, tiveram de escrever em línguas européias ou correr o risco de ser vistos como particularistas, identificados com as antigas fidelidades e não com as novas [...]. Em certo sentido, temos usado as línguas européias porque, na tarefa de construção nacional [*nation-building*], não podíamos nos dar ao luxo, politicamente de usar as línguas uns dos outros.

Convém dizer que há outras razões, mais ou menos honrosas, para a extraordinária persistência das línguas coloniais. Não podemos ignorar, por exemplo, do lado honroso, as dificuldades práticas de desenvolver um sistema educacional moderno numa língua em que nenhum dos manuais e livros didáticos foi redigido; tampouco devemos esquecer, na coluna dos débitos, a possibilidade menos nobre de que essas línguas estrangeiras, cujo domínio havia marcado a elite colonial, tenham-se transformado em marca de *status* precioso demais para serem abandonadas pela classe que herdou o Estado colonial. Juntas, essas forças díspares conspiraram no sentido de garantir que o corpo mais importante de textos da África abaixo do

---

<sup>18</sup> Kwame Anthony Appiah. *Na Casa de Meu Pai – A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

<sup>19</sup> Pierre Boudieu. *A Economia das trocas Lingüísticas: O que Falar quer dizer*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

Saara, mesmo depois da independência, continuasse a ser redigido em inglês, francês e português.<sup>20</sup>

Essa identidade com a língua do colonizador proporcionou aos povos africanos uma união que os vários idiomas nativos não poderiam proporcionar. Tornou-se uma marca para as nações pós-coloniais africanas, uma vez que estas não mais a identificavam como idioma do colonizador, mas como “língua unificadora de nossa nação nova e poliglota”.<sup>21</sup>

Portanto, para o estudo da integração das nações, é importante que fatores relacionados à cultura sejam abordados de forma a serem referenciais e não meramente acessórios. O capítulo a seguir fará um estudo mais aprofundado sobre a aspiração dos países de língua portuguesa em se unirem tendo este idioma como eixo de integração e descreverá também sobre a peculiaridade da Colonização Portuguesa e a difusão desta língua como veículo de assimilação cultural com a cultura nativa.

---

<sup>20</sup> Ver Kwame Anthony Appiah, op.cit. p.19-51.

<sup>21</sup> Ver Kwame Anthony Appiah, op.cit. p.221-240.

## **CAPÍTULO II – OS LUSOTROPICAIS: ORIGEM E HISTÓRIA DA LUSOTROPICOLOGIA**

O presente capítulo tem por finalidade discutir a peculiaridade da colonização portuguesa e sua contribuição cultural para os povos conquistados. Serão tecidos comentários acerca das obras de Gilberto Freyre, uma vez que este foi o primeiro a acreditar na língua como uma unidade de integração e ter semeado em ambiente intelectual e diplomático a criação de uma comunidade internacional, na qual não vigorassem relações desiguais e coloniais entre os falantes da Língua Portuguesa. É importante esclarecer que a abordagem que será utilizada com base à obra deste autor será somente no tocante da questão cultural. Não será exposto aqui nenhum questionamento sobre os benefícios e malefícios da colonização, nem tampouco a questão racial. Este capítulo será destinado às suas aspirações referentes a esta comunidade e a sua contribuição para a formação da unidade linguística portuguesa que hoje observamos. Será explorada neste capítulo a questão da lusotropicologia, uma ciência fruto da integração cultural nos países colonizados por Portugal, proposta por Freyre, de forma a exaltar os conhecimentos científicos dessas localidades.

A colonização é associada à ocupação de uma terra estrangeira, à sua exploração agrícola e à instalação de colonos. Podemos observar que esta atividade foi muito utilizada desde a época grega. Nos séculos XIII à XVI, de uma forma especial, é de fácil percepção a especialização científica pela descoberta de novos territórios e riquezas. De uma forma mais específica, podemos citar expedição da Espanha e de Portugal às Américas e à África, territórios que para eles eram considerados como terras de conquista e de colonização. O que é mais interessante nesta perspectiva a se comentar é o caráter religioso desta expedição. De acordo com Marc Ferro,

“Chegando a Calicute após contornar a África, o navegador declarou que “viera à cata de cristãos e de especiarias”. E tal como os portugueses, os otomanos relacionavam o comércio oriundo dos Grandes Descobrimentos a uma das formas de guerra santa:

“Escavemos um canal em Suez”, diziam então, “e alcançaremos a Índia e o Sind para dali expulsar os infiéis e trazer preciosos alimentos””.<sup>22</sup>

Este caráter religioso e também o formato peculiar da colonização hispânica nos remete a pensar que, para os colonizadores ibéricos, em particular os portugueses, a colonização não somente serviu para a busca de novos territórios, mas também para engendrar novos conhecimentos relacionados à cultura dos povos, fator diferencial entre esta colonização e a anglo-francesas, à integração desses colonizadores aos costumes dos nativos, um bom exemplo diz respeito ao que comenta Kwame Appiah sobre os diversos tipos de colonização:

“Essas diferenças entre os estados Francófonos e Anglófonos decorrem é claro, das diferenças entre a política colonial francesa e a britânica. Embora o quadro seja complexo demais para um resumo conveniente, a política colonial francesa, em linhas gerais, foi de *assimilation* – transformar os africanos “selvagens” em negros e negras franceses “evoluídos” -, ao passo que a política colonial britânica interessou-se bem menos por formar anglo-saxões negros”.<sup>23</sup>

Partido desta idéia, de que os franceses “levaram” a civilização para suas colônias, preocupados não somente pela busca de um território rico de proventos, mas também com a instalação de sua gente, a instituição de uma cidade e com base aos escritos de Gilberto Freyre, pode-se dizer que a colonização Portuguesa, de forma similar à francesa, contribuiu para a formação de uma nova cultura, uma cultura influenciada tanto pelos costumes tropicais quanto pelas tradições européias.

Assim, o item que se segue visa fazer comentários acerca das peculiaridades que a colonização portuguesa, aos olhos de Gilberto Freyre, proporcionou às suas colônias, tanto na América como na África e Ásia. A perspectiva é que a cultura possui um dinamismo, que esta sofre mudanças por fatores internos e externos a ela e que o contato com outras pode gerar trocas e especializações formando um elemento elaborado e totalmente adaptado a uma nova realidade.

---

<sup>22</sup> Marc Ferro. *História das Colonizações*. Das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1996. p.22

<sup>23</sup> Kwame Anthony Appiah. *Na Casa de Meu Pai – A África na Filosofia da Cultura*; tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

## Peculiaridades da Colonização Portuguesa

A colonização portuguesa, segundo Freyre<sup>24</sup>, estava baseada em um processo dos nativos de assimilação, uma vez que Portugal buscava que suas colônias absorvessem a cultura portuguesa e que, por meio da Igreja Católica, esses nativos também se tornassem portugueses. Para que nativos se tornassem “civilizados e cristãos”, era importante que o regime colonial português se unisse à Igreja Católica nesta missão de colonização, para dar civilidade às populações coloniais dentro dos parâmetros particulares da cultura portuguesa.

Freyre<sup>25</sup>, a partir desta consciência sobre a peculiaridade da colonização portuguesa lança, em campo intelectual, pensamentos acerca de uma possível tropicologia: uma política de culturas no sentido *lato* da expressão que fosse seguido tanto por Portugal, como pelo Brasil. Esta aspiração surgiu quando, ao interpretar essa característica ímpar da colonização portuguesa, o autor observou a presença de uma política de assimilação tanto no Oriente como na África e na América e que esta assimilação era proferida através da catequese da Igreja:

“A política seguida pelos hispanocristãos em geral, e pelos lusocristãos, em particular, em seus estabelecimentos nos trópicos, dos quais vêm resultando as civilizações hispanotropicalis; e, especialmente, as lusotropicalis, algumas delas hoje tão vigorosas pelo que conservam de traços de culturas e civilizações pré-hispânicas e pré-cristãs que foram quase sempre – nem sempre é certo – em vez de extirpados ou repudiados de todo, pelos hispanocristãos, reorientados”.<sup>26</sup>

Deste modo, esta “reorientação” foi dada pelos colonos por meio da utilização deste método de associação que enriqueceu enormemente de técnicas e valores, alguns sob forma de “substituições”.<sup>27</sup> Estas substituições contribuíram para uma integração tal que sugere a Freyre<sup>28</sup> a descrição sobre o desenvolvimento das sociedades e culturas fundadas pelos hispanos em espaços tropicais: “Sociedades e culturas mistas que se distinguem das sociedades e culturas

---

<sup>24</sup> Gilberto Freyre. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. 1958

<sup>25</sup> Gilberto Freyre. *Integração Portuguesa nos Trópicos* (I.P.T.). Op.cit.

<sup>26</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op.cit p.15

<sup>27</sup> Este método foi proposto pro Gregório I a Santo Agostinho e propunha que a catequese fosse “integrada” aos costumes dos nativos de forma que estes continuassem esta atividade seus rituais “pagãos” porém com uma nova leitura. Com essa “adaptação” e com a contribuição do tempo, seria mais fácil à substituição repentina e radical das substâncias religiosas dos nativos pela substancias desenvolvidas e apuradas pelo cristianismo.

<sup>28</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p.15

fundadas por outros europeus nos mesmos espaços, exatamente pelo muito que há neles de já integrado ou em processo de integração”.<sup>29</sup> Desta forma, a catequese desses nativos proporcionou um caráter sociológico cristocêntrico antes que etnocêntrico da preparação portuguesa para a imensa tarefa mais de “cristianizar” que de “europeizar” os trópicos e o Oriente.

Freyre<sup>30</sup> descreve que essa “mescla” cultural é importante, visto que este era um mecanismo para a fixação de hispanos em áreas quentes e entre populações, culturas ou civilizações tropicais, com o objetivo de absorver e assimilar delas o máximo de substâncias compatíveis com as formas principais da sua religiosidade e do seu comportamento europeu. Deste modo, surgiria daí um cristianismo e um comportamento condicionados entre hispanos por uma civilização principalmente européia e até romana nas suas predominâncias, mas também com as características, técnicas e valores da região em que está instaurada. Um bom exemplo para este fenômeno seria o fato de, ao se espalharem pelas áreas quentes, os portugueses e espanhóis começaram a tomar as mulheres tropicais por suas companheiras e até esposas.

Gilberto Freyre afirma ainda que esta dinâmica portuguesa de assimilar culturas nativas e de incluir fatores da cultura portuguesa resultou para os primeiros trunfos dos portugueses no Oriente tropical. O autor aponta sobre a relevância desta atividade para o avanço científico e tecnológico desta metrópole nesta época:

“[...] Intensificação de Portugal no século XVI de espírito religioso em consonância com o desenvolvimento do saber filosófico, graças, principalmente, aos árabes e judeus, já atingira entre portugueses notável aperfeiçoamento é que parece ter-se ali apurado, de modo ainda mais completo do que noutra qualquer Espanha da mesma época, a preparação da Europa hispânica para estender-se de maneira antes cristocêntrica que etnocêntrica por áreas ou regiões tropicais”.<sup>31</sup>

Assim, apoiado por estas convicções, Freyre<sup>32</sup> sugere uma *Tropicologia*: uma ciência tropical especializada na análise e na interpretação da vida em comum de hispano-tropical e luso-tropical, visto que essas civilizações encontram-se “ecologicamente harmonizadas” com o

---

<sup>29</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p.16

<sup>30</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p.21.

<sup>31</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p.23.

<sup>32</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p.24.

ambiente e que esta harmonia não seria facilmente desenraizada deles sob a pressão de nenhum outro sistema de civilização. É compreendido então que nessas áreas se observa o aproveitamento de conhecimentos e técnicas de povos tropicais pelos seus colonizadores, que com eles vêm se combinando étnica e culturalmente.

Estes conhecimentos e técnicas são bem discriminados quando Freyre cita as relações de reciprocidade no conhecimento de doenças e no tratamento das mesmas:

...”As de europeus residentes, ou situados, nos trópicos; integrados em novo espaço-tempo; ligados a culturas e populações tropicais; nutridos por vegetais e animais dos trópicos; curados ou tratados em doenças adquiridas nos trópicos, por plantas ou remédios tropicais, alguns desses alimentos e remédios tendo-se revelado de validade universal: capazes de ser úteis a europeus em climas temperados ou frios”.<sup>33</sup>

O mais interessante desta distinção é que esta prática se apóia a possibilidade de uma subsciência dos trópicos, de uma relação que tem ao seu favor não somente uma ideologia, uma teoria tropicológica, mas uma integração de valores europeus nos trópicos. Um exemplo desta mescla é a formação de sociedades na África<sup>34</sup> com características sócio-culturais semelhantes à brasileira. Para Freyre<sup>35</sup>, essas características semelhantes são importantes, uma vez que se trata de uma rara oportunidade que haja uma integração dessas novas sociedades concebidas nesses locais sem repúdio aos valores de suas culturas tropicais.

O autor ainda sugere outros exemplos de assimilação de elementos tropicais pelos europeus, entre eles o vestuário, a alimentação e os produtos de nossas florestas, como o óleo de rícino tropical, que antes era um remédio e que se tornou “lubrificante de alguns dos mais importantes meios modernos de transporte”,<sup>36</sup> a cera de carnaúba, da oiticica, do fabassié, da piaçava e da borracha Amazônia. Cita também minérios como os cristais, a colômbita, a tantalita,

---

<sup>33</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p.35.

<sup>34</sup> Gilberto Freyre cita como exemplo os países Angola e Moçambique que no ano da edição desta bibliografia, 1958, ainda eram colônias de Portugal. Atualmente estes continuam possuindo uma identidade cultural muito grande com o Brasil. Nossas músicas e novelas brasileiras fazem parte do cotidiano angolano, os artistas brasileiros possuem grandes admiradores neste país. Um exemplo, a ida de Roberto Carlos para as comemorações, em 2001, de um ano de paz, os festejos em Angola pela conquista brasileira da Copa do Mundo e a feira popular denominada Roque Santeiro (em homenagem à novela brasileira) em Luanda.

<sup>35</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. Cit p. 37.

<sup>36</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p. 38



o cromo, o mercúrio, elementos que evidenciam que este era um processo não de simples transferências de meios e valores de uma localidade para a outra, mas de uma integração. Isto só foi possível porque além de interesses econômicos, existia também, nos colonos portugueses, o empenho de se fixarem nessas áreas, como suas residências, como terras dignas de seu apreço. Existia então um cuidado de governos e autoridades de se promover casamentos. E desta atividade matrimonial, observou-se que esta nova sociedade sentiu necessidade de construir moradias, e daí surge a arquitetura lusotropical.

Essa integração, segundo Freyre,<sup>37</sup> foi possível devido à preciosidade do idioma do colonizador que pôde proporcionar aos países colonizados um caráter de transmissores de valores nativos às civilizações européias:

...”Esses valores vêm sendo continuados de tal modo pelos portugueses que o que hoje se nota de tropicalização nas culturas, paisagens e populações européias é, em parte considerável, consequência da irradiação de valores tropicais na Europa – e na América que possa chamar boreal – pelos portugueses, natural, portanto, que os portugueses sejam particularmente tropicais em sua própria cultura européia, responsável pela disseminação, em áreas européias de valores tropicais de alimentação e de gozo; e da manga, da jaca e, principalmente, da cana doce, em áreas americanas; originadores também de numerosas denominações de frutas, vegetais, animais, dos trópicos, talvez em consequência de ter sido a língua portuguesa preparada para seu *status* atual de língua lusotropical, e não apenas européia pelo seu muito contato, anterior à expansão européia nos trópicos, com idiomas prenhes de tropicalismos, como o árabe”.<sup>38</sup>

Além dos fatores supracitados, que contribuíram para o pensamento de uma tropicologia, a ciência e tecnologia advinda dos trópicos temos, existe, uma razão que acredito que seja a mais importante: a focalização de estudos voltados para essa ciência poderá proporcionar a estas nações ciência e tecnologia compatíveis à estrutura natural, aos fatores climáticos desta região, aproveitando as vantagens locais incentivando o desenvolvimento de cultura técnica ou de especialização científica que correspondam às necessidades diferentes das dos povos de climas frios ou temperados:

“Não só nos parece evidente a existência de matéria que sirva de objeto específico de estudo científico a uma ciência ou subciência – dentro de uma tropicologia que, pelo

---

<sup>37</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p. 48

<sup>38</sup> Gilberto Freyre. *IPT*. Op. cit. p. 48.

menos em potencial, já existe – que se caracterize como lusotropologia como nos parecem capazes os povos lusotropicais, quer na sua base européia – Portugal e as chamadas ilhas adjacentes – quer nos trópicos, de iniciarem lente, modesta, mas decisivamente, estudos lusotropológicos que ao aspecto cientificamente puro juntem o aplicado, o funcional, o prático. Principalmente com relação à alimentação, ao vestuário, á casa, ao calçado, ao chapéu, à própria recreação. Um pouco de ciência e outro tanto de técnica que oriente a criação e o aperfeiçoamento de indústrias ecológicas em oposição às que, por obsessão de lucro capitalista e imperialista, enchem os mercados de produtos destinados ao mundo inteiro, como se os climas fossem todos iguais ao da Europa ou da América boreal, poderiam, desde agora, ir libertando os povos lusotropicais da dependência econômica e cultural em que vivem dos produtores boreais”.<sup>39</sup>

Portanto, tendo a colonização portuguesa uma estrutura funcional de adaptação de valores europeus, que possibilita a transformação ou modificação aos meios a que se insere, e a consciência de que a cultura não segue uma ordem evolutiva, é importante, para o autor, que a integração pela similaridade cultural pode desenvolver - em comum com as nações que possuam características sociais, econômicas, políticas, ambientais, que as nossas - uma ciência e tecnologia compatível com as nossas aspirações, com base ao nosso berço cultural, tendo nossas riquezas como matérias-primas.

Observando a importância da formação dessa unidade, o item a seguir tratará sobre o caráter da cultura luso-tropical, uma cultura como resultado de adaptações de símbolos portugueses em territórios africanos, americanos, asiáticos. Essa abordagem é importante uma vez que se observa que toda e qualquer troca cultura parece ser o destino de toda civilização transnacional.

### **A modernidade da Cultura luso-tropical<sup>40</sup>**

Como já foi dito, a assimilação cultural foi um trunfo para permanência do homem português nos trópicos. Os seus costumes, a sua conduta e o melhoramento de sua ciência e tecnologia só foram possíveis porque eles conseguiram, por meio de uma integração de valores, aproveitar elementos decisivos das culturas em que teve contato.

---

<sup>39</sup> Gilberto Freyre. IPT, op cit. p.49

<sup>40</sup> Comentários acerca da Conferencia lida, por Gilberto Freyre, no Instituto Vasco da Gama, em Novembro de 1951 “in” Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Brasileiro em **Terras Portuguesas**(Um). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

Freyre<sup>41</sup> salienta que estes contatos com populações e paisagens marcadas pela presença do povo e pela ação da cultura lusitana proporcionaram uma confraternização de pessoas e valores tropicais, que esta mestiçagem vem produzindo combinações de cores e formas humanas. Deste modo, a civilização portuguesa concebeu as culturas tropicais a *Pax Lusitana*: uma paz animada pela capacidade única no português de confraternizar lírica e franciscanamente com os povos dos trópicos, para amar a natureza e os valores tropicais, para dissolver-se amorosamente neles, sem perder a alma ou o sentido cristão de vida.

Assim, essa integração, segundo o autor, expõe ao mundo o despertar de energias tropicais que os europeus mais vaidosos do seu “europeísmo”, mas estreitos em idéias de superioridade absoluta da sua cultura sobre os povos de cor não conseguem observar, uma vez que se mostram convencidos do mito de que fora dos climas frios não se deve esperar salvação nem para o espírito, nem para o corpo dos homens. Julgam essas terras incapazes de altas expressões de vida e de cultura. A atitude colonial portuguesa promoveu uma nova fase da civilização humana marcada pela recombinação de valores e por reajustes de poderes dos povos luso-tropicais, que não deixam de ser lusos ao tomarem consciência da sua condição de povos extra-europeus, com um novo tipo de civilização a desenvolver. Freyre<sup>42</sup> ressalta ainda o surgimento de uma potência nos trópicos:

“O Brasil já grande nação da América desde o fim da Primeira Grande Guerra, começa a ser a primeira potência principalmente tropical sem sentir a necessidade de deixar de ser lusitana nas suas principais formas de convivência e de cultura. Ao contrário: fazendo gala de uma lusitanidade que não lhe compromete a condição de povo criador e ativamente extra-europeu”<sup>43</sup>

Mais adiante, Freyre analisa o grande feito da civilização portuguesa, que propiciou aos colonizados a formação de uma nova cultura, característica digna de diferencial aos demais tipos de colonização:

Ele próprio (o português), porém, em vez de rigidamente europeu ou imperiamente ibérico, extra-europeizou-se e tropicalizou-se desde o início das suas aventuras

---

<sup>41</sup> Ver Gilberto Freyre. *Brasileiro em Terras Portuguesas (Um)*. Rio de Janeiro J. Olympio..1953

<sup>42</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.99

<sup>43</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.99

ultramarinas, amorenando-se sob o Sol dos trópicos ou sob a ação ou requeime da mestiçagem tropical. Confraternizou com os povos valores que salpicaram de orientalismos, americanismos, africanismos o próprio Portugal, dando à cultura e, em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido de que estilo manuelino e a arte indo-portuguesa são exemplos expressivos. Criou um mundo de valores aparentemente contraditórios mas, na verdade harmônicos. Um mundo novo, uma civilização nova, uma cultura nova, a que por antecipação pertenceram portugueses dos séculos XVI a XVIII, para os quais nos voltamos hoje como para pioneiros do que pode, ou deve, chamar-se de civilização ou cultura luso-tropical.<sup>44</sup>

O importante para se dizer sobre este fenômeno é o fato que somos, graças a essa integração cultural, descendentes (pelo sangue ou pela cultura) e continuadores da cultura portuguesa: do estilo de convivência, da forma de pensar, de agir; somos luso-tropicais. E para manter essa luso-tropicalidade precisamos agir conforme esta nossa cultura. Para tanto é imprescindível, para Freyre<sup>45</sup>, que se forme também um campo intelectual das nações luso-tropicais. Esta formação intelectual será capaz de abrir perspectivas novas à civilização de origem lusitana libertando-a de sérios preconceitos impostos pelas comunidades européias mais sóbrias de que fora da Europa não existe civilização, somente paisagens e natureza.

Seguindo essas aspirações, Gilberto Freyre sugere que as nações luso-tropicais cresçam de forma conjunta e próxima dos elementos formadores de nossa cultura, pois esta é uma cultura que não se contenta em ser somente européia, mas sim uma cultura com vocação de ser mais tropical que européia preocupada em harmonizar elementos europeus com os trópicos, sem imperialismo nem violência. Deste modo, este autor admira as culturas capazes de formar, conjuntos transnacionais de cultura como é o caso das nações de Língua Portuguesa. Freyre ainda ressalta a importância dos estudos em comum nessas sociedades:

Para chegarmos a tanto, nenhum esforço mais fecundo que os dos intelectuais, homens de ciência, artistas que, através do estudo paralelo de problemas transnacionalmente comuns ao conjunto de povos de fala portuguesa, ou a várias regiões ou áreas desse conjunto, caminhem juntos, troquem, com vantagem mútua, os resultados das suas pesquisas e indagações, desenvolvam soluções de interesse geral, e dêem, deste modo, à cultura lusíada uma solidez, uma complexidade, um vigor que a tornem uma das

---

<sup>44</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.99

<sup>45</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.103

grandes culturas modernas. Uma das culturas vivas, criadoras, dinâmicas da nossa época.<sup>46</sup>

Em busca de uma cooperação intelectual mútua, Freyre<sup>47</sup> cita a importância de se instaurar nessas nações centros de estudo e pesquisa de caráter regional, com o objetivo de desenvolver tecnologias de tendência transnacional e a necessidade de instauração de estudos superiores, no Brasil e nas demais regiões de Língua Portuguesa, com cursos que explorem a utilização de várias ciências para a solução de problemas tipicamente regionais, observando a particularidade de cada nação e também as semelhanças. O conveniente, portanto, seria a formalização da *luso-tropicologia*:

“As Cátedras de luso-tropicologia seriam as que, dentro do critério de área, se dedicassem ao estudo sistemático do conjunto luso-tropical de cultura: conjunto em que a aparência ou realidade, mais profunda, de semelhanças de cultura entre as várias populações dispersas, mas não violentamente contraditórias, nem desiguais, nem quanto às suas condições básicas de socialidade e – perdoais outro neologismo – culturalidade. Luso-tropical é sempre o conjunto de tal cultura, quer se considere o centro da sua vida física – o trópico habitado à maneira mais ou menos lusa -, quer o centro da sua vida sobreorgânica ou cultural: a cultura lusíada adaptada aos trópicos.”<sup>48</sup>

Assim, podemos ver que as aspirações que Gilberto Freyre manifestou objetivando a formalização de uma ciência luso-tropical somente foi possível graças à integração cultural proporcionada por Portugal aos povos colonizados. Esta sistemática de assimilação cultural pôde dar dinamicidade à cultura portuguesa, de forma que todos os colonizados somos portugueses, não porque nascemos neste território europeu, mas porque nos identificamos com essa cultura, somos falantes dessa língua e não a temos como fruto de uma imposição colonial, mas sim como herança cultural para os brasileiros, para os africanos e para os asiáticos. Como já foi descrito no capítulo I, a língua portuguesa exerce uma função unificadora de nações que anteriormente era separada pela dificuldade de comunicação pelos seus dialetos nativos. Devido a essa dificuldade, os colonizados “assumiram” essa condição de falantes da Língua Portuguesa. Com essa perspectiva, o item a seguir fará uma leitura sobre essa identidade com a língua portuguesa pelos luso-descendentes.

---

<sup>46</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p. 104.

<sup>47</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.106.

<sup>48</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.106

## A Língua Portuguesa

A língua portuguesa, como língua luso-tropical, segundo Freyre<sup>49</sup>, é uma língua em formação ou expansão: ela não chegou aos seus limites, apenas começou a dilatar-se, a adquirir novas perspectivas. Não é um idioma pertencente somente a Portugal. É uma língua que a todos nós, luso-tropicais, pertence. De acordo com dados<sup>50</sup> disponibilizados em 1995 pela Summer Institute of Linguistics da Universidade do Texas, EUA, a língua portuguesa - língua oficial de Portugal, Brasil e de cinco países de colonização portuguesa: São Tomé e Príncipe. Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola - é a sexta língua mais falada no mundo, Além dos 170 milhões de falantes nativos, 12 milhões de pessoas utilizam o português como segunda língua no mundo.

Só no Brasil a língua portuguesa é falada por cerca de 163 milhões de falantes (língua materna e segunda língua)<sup>51</sup>. De acordo com Freyre<sup>52</sup>, tal amplitude não pode deixar de ser a expressão de vasta cultura transnacional, e também veículo da civilização luso-tropical. No trecho abaixo, o autor disserta sobre a contribuição da assimilação cultural para a identificação dos colonizados com a língua portuguesa e busca também justificar o *status* desse idioma como uma língua viva devido a essa assimilação:

O tempo é das populações de cor e da afirmação ou da restauração dos seus valores de cultura. O português, por ter sabido sempre lidar a estes valores os da Europa, ao sangue das mulheres de cor e o seu sangue de branco desde a Europa misturado a mouros, judeus, berberes, criou culturas luso-tropicais que, no Brasil como na África e no Oriente, se distinguem nitidamente das passivamente européias, criadas pelos europeus imperiais como simples obras de arte política. Engenharia social nos trópicos raramente a souberam praticar estes europeus: continua a ser uma especialização portuguesa. Daí o amor com que a Língua portuguesa é falada nos trópicos por pretos, pardos, amarelos, vermelhos, morenos, que nessa língua exprimem os seus sentimentos mais íntimos e não apenas as suas idéias convencionais.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.107

<sup>50</sup> Disponível em <http://www.consuladodeportugal-santos.org.br/lingua.htm> acesso em 04/11/2003.

<sup>51</sup> Disponível em <http://www.consuladodeportugal-santos.org.br/lingua.htm> acesso em 04/11/2003

<sup>52</sup> Gilberto Freyre. *UBTP*, op.cit p.106

<sup>53</sup> Gilberto Freyre. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. Rio de Janeiro. Jardim Olympio 1953. p 108.

O amor com que a língua portuguesa é falada nos trópicos foi proporcionado, acrescenta Gilberto Freyre, pelos valores amalgamados nos trópicos, não como marca de domínio imperial de brancos sobre populações de cor, mas como aventuras de cooperação, em que os valores tropicais se juntam ativa e de forma criativa aos europeus. O acréscimo de valores tropicais enriquece esta língua, fazendo com que se torne praticamente uma língua extra-européia: cheia de cores, de expressões, de vozes extra-européias o que indica a plasticidade da língua luso-tropical. Um bom exemplo seria o português falado no Brasil colonial que sofreu influência das línguas indígenas, africanas e de imigrantes europeus que se instalaram no centro-sul. Isso explica as diferenças regionais na pronúncia e no vocabulário verificadas, por exemplo, no Nordeste e no Sul do país.<sup>54</sup> Deste modo, a cada nação luso-tropical, podemos observar, por meio da língua portuguesa as suas particularidades regionais e o seu berço originário da língua européia.

O passado em comum destes países luso-tropicais, de serem produto de uma colonização portuguesa em que não somente valores comerciais foram essência, mas também produto de uma preocupação pela disseminação de sua cultura, sua religiosidade, nos remete pensar acerca da relevância da instauração de uma Organização Internacional no âmbito desses países que foi o surgimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996.

A declaração Constitutiva da CPLP considera imperativa a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua ajuda no que concerne à estrutura das instituições governamentais e cooperação; o encarecimento da progressiva afirmação internacional do conjunto dos países de língua portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum e reitera o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

---

<sup>54</sup> Disponível em <http://www.consuladodeportugal-santos.org.br/lingua.htm> acesso em 04/11/2003.

O momento atual nos revela a necessidade de cooperação aos países da CPLP uma vez que esta ajuda possibilitará uma reestruturação da identidade luso-tropical para estes que por muito tempo foram esquecidos e hoje lutam por um lugar cativo na agenda internacional. Com a formação desta Organização Internacional, estas nações estão adquirindo vozes e um poder de barganha maior para se relacionarem com outros países que estão presentes na rota do Desenvolvimento. Poderão, de uma forma geral, sair dos clichês de países excluídos da Globalização para participarem não somente como fornecedores de matérias-primas, mas também de conhecimento, de democracia, de políticas sociais.

A formação desta Comunidade nos mostra que, para uma sociedade mais digna não é somente necessário o poder de compra, a economia estruturada, e sim fazer com que nações menos favorecidas aos moldes do Capitalismo possam buscar, de forma conjunta, uma participação mais ativa no cenário internacional. Partindo deste princípio, o terceiro capítulo fará um estudo de caso relacionado a esta Comunidade que tem como objetivo preservar e expandir o idioma português pelo mundo e promover a cooperação política, social, econômica e cultural entre os países-membros.



### **CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO: A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP**

O último capítulo desta monografia pretende fazer um estudo de caso sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Deste modo, esta seção terá comentários de José Flávio Sombra Saraiva<sup>55</sup> e de outros autores presentes no livro em que organiza sobre essa instituição, seu histórico e suas características.

Segundo Saraiva<sup>56</sup> ainda que seja evidente a dimensão fraterna de uma comunidade de países que possuem em comum o lastro da língua portuguesa é preciso que se ressalte a da ameaça de modelos culturais que buscam hegemonia global na esteira da mundialização. A CPLP é uma comunidade juridicamente formulada que visa a aproximação dos países de língua portuguesa em diversos continentes. Esta comunidade originou-se na Reunião dos Chefes de Estado e do Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996. Neste evento, esses Chefes de Estado deram institucionalidade à primeira organização internacional voltada para a construção da comunidade fraterna da língua portuguesa.

Segundo Juliana Santos<sup>57</sup>, a CPLP tem por objetivo três vertentes: A concertação político-diplomática entre seus estados membros; A cooperação nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico científico e; A promoção e difusão da língua portuguesa. Assim, nas linhas subseqüentes serão exploradas as argumentações desta autora sobre a formação desta Comunidade.

---

<sup>55</sup> José Flávio Sombra Saraiva (org.), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política. Brasília. IBRI. 2001.

<sup>56</sup> Ver. José Flávio Sombra Saraiva. In “Por uma Comunidade Fraterna: CPLP”.

<sup>57</sup> Juliana Soares Santos. CPLP: gênese e instituições. In José Flávio Sombra Saraiva. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política. Brasília. IBRI. 2001.p 17.

## A Formação da CPLP

A formação da CPLP, como já foi abordado no Capítulo II, só foi possível a partir do reconhecimento da unidade cultural construída no passado colonial do Brasil e África portuguesa. Juliana Santos<sup>58</sup> descreve em seu ensaio que estas relações foram objeto de inúmeras propostas e iniciativas nos séculos anteriores à instituição desta Comunidade e cita como exemplo a criação, ainda no século XIX por D. João VI, da Comunidade Luso-Brasileira, vinculando Portugal, suas possessões ultramarinas e o Brasil recém independente<sup>59</sup>. A autora cita também as manifestações de Sílvio Romero, no início do século XX, em favor de uma federação Luso-Brasileira.

Na década de 1950, segundo a autora, a partir de reflexões acerca do papel dos africanos nas sociedades domésticas e nas relações políticas e econômicas entre a Europa e a América e também com base nos estudos de Gilberto Freyre, aparecem novas vozes propondo a criação de uma comunidade que integrasse os países de língua portuguesa. Naquele momento, o projeto permaneceu restrito a um círculo de intelectuais, que não insistiram no seu intuito em função, principalmente, da persistência do colonialismo entre os membros potenciais<sup>60</sup>. Apesar disso, na década seguinte, observa-se um amadurecimento da idéia da formação da comunidade.

“Vê-se no início da década seguinte (1960) um primeiro amadurecimento desta idéia, vinculado ao desenvolvimento da política brasileira voltada para a África, que começa a se evidenciar na presidência de Jânio Quadros no marco da chamada Política Externa Independente. A política africana esteve associada, em primeiro lugar, a um discurso terceiro-mundista que pretendeu atribuir maior peso aos temas Norte-Sul que à clivagem Leste-Oeste da Guerra Fria. No cerne deste debate estava a inserção dos países do Sul, agora acrescidos dos Estados surgidos com o processo de descolonização em curso, principalmente asiáticos e africanos. Para o Brasil, descontente com o trato que a disputa da Guerra Fria dava aos seus interesses, a

---

<sup>58</sup> Juliana Soares Santos. CPLP: Gênese e Instituições. Ver em CPLP. Op.cit.

<sup>59</sup> Feijó Sobrinho, Pedro da Silva 1997. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Institucionalização e Relações Culturais, Político-diplomáticas e Econômicas*. Rio de Janeiro, Editora Revan: 44. 1997. Apud Juliana Soares “In” José Flávio Sombra Saraiva, op.cit p 18.

<sup>60</sup> Clóvis Brigadão. Comunidade dos Países de língua portuguesa: caminhos de integração fraterna. Política internacional. Vol.1, No 13. Outono-inverno: 14-15 1996. J. F.Sombra Saraiva op.cit p19.

articulação das relações com estes novos atores, portanto com a África, possibilitaria a definição de um novo posicionamento internacional”.<sup>61</sup>

A autora comenta ainda que o envolvimento do Brasil com a África só foi possível pela existência de temas políticos, estratégicos e de desenvolvimento em comum, a existência de um discurso culturalista produzido a partir da produção acadêmica de algumas personalidades como Agostinho da Silva<sup>62</sup> e Gilberto Freyre fazendo com que esta aproximação fosse comparada a um reencontro familiar. Deste modo, a África neste período, entre as décadas de 1950 e 1960, esbarra nas relações especiais do Brasil com Portugal, pois nossa nação, nos termos do Tratado de Amizade e Consulate de 1953, não poderia incentivar a independência das colônias portuguesas antes da Revolução dos Cravos de 1974<sup>63</sup> e mesmo após a independência dessas colônias em 1974 e 1975 e seria necessário proporcionar a estas recém-independentes um

---

<sup>61</sup> José Flávio Sombra Saraiva. Op.cit p19-20

<sup>62</sup> Agostinho da Silva (1906-1996), segundo o Instituto Camões, é um dos mais paradoxais pensadores portugueses do século XX. O tema mais candente da sua obra foi a cultura de língua portuguesa, num fraternal abraço ao Brasil e aos países lusófonos.

<sup>63</sup> A Revolução do Cravos foi o Movimento que derrubou o regime salazarista em Portugal, no ano de 1974, restabelecendo as liberdades democráticas e promovendo transformações sociais no país. Uma ditadura se instala em Portugal após o golpe militar de 1926. Em 1932, Antônio de Oliveira Salazar torna-se primeiro-ministro, ministro das Finanças e virtual ditador, com grande apoio da Igreja Católica. Salazar implanta um regime inspirado no fascismo italiano. A Constituição de 1933 institui o Estado Novo, que prevê a existência de um único partido, a União Nacional. São suprimidas as liberdades de reunião, de organização e de expressão.

Portugal mantém-se neutro durante a II Guerra Mundial. A recusa em conceder independência às colônias africanas estimula movimentos guerrilheiros de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A partir de 1961, o país fortalece sua presença militar na África. Em 1968, Salazar sofre um derrame cerebral e é substituído por seu ex-ministro Marcelo Caetano, que dá continuidade a sua política. A decadência econômica e o desgaste com a guerra colonial provocam descontentamento nas Forças Armadas e na população. Além disso, a ausência de liberdade e os abusos da polícia política, a odiada Pide, favorecem a aparição de um movimento contra a ditadura.

Em 25 de abril de 1974, a revolução eclode. Pouco depois da meia-noite, uma música proibida pela censura, Grândola, Vila Morena, de Zeca Afonso, começa a tocar em uma emissora de rádio. Era a senha para o início do movimento de oficiais de média patente, também chamado de movimento dos capitães. Marcelo Caetano é deposto pelos militares e foge para o Brasil. O general Antônio de Spínola, chefe-adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas, assume a Presidência. A população sai às ruas e comemora o fim da ditadura distribuindo cravos, a flor nacional, aos soldados rebeldes.

Os partidos políticos, incluindo o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS), são legalizados. A Pide é extinta e seus agentes caçados pelo povo, que exige punição pelas arbitrariedades cometidas. Portugal entra em um período de grande agitação revolucionária. Spínola renuncia em setembro e o governo passa a ser exercido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), com forte influência do PCP. No mesmo ano, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau obtêm a independência. (Disponível em [www.nossahistoria.com.br](http://www.nossahistoria.com.br) acesso em 21/11/2003).

tempo para que pudessem firmar a sua autonomia e buscar uma possível relação amistosa com o colonizador.

No entanto, o Brasil desvinculou-se do alinhamento político de Portugal e efetivou a sua presença na África, contribuindo para a sobrevivência do projeto rumo a formação da Comunidade. Deste modo, outro fator que impulsionou a sobrevivência das aspirações para a formação da CPLP foi a oficialização e a relevância que a língua portuguesa adquiriu nos países africanos pós-coloniais. Esta língua, como já foi comentado no capítulo I e de acordo com Appiah, atuou como elemento integrador de unidade nacional desses países idiomas nativos colocavam sérios obstáculos à política de integração. Assim, devido a estes fatores, os países africanos de língua portuguesa, apesar das dificuldades de caráter político que estavam passando, mantiveram-se como membros em potencial desta futura comunidade.

Após a Revolução dos Cravos de 1974, em que o Brasil encerra o apoio aos interesses portugueses, vê-se que nosso país torna-se parceiro privilegiado de alguns países africanos, dentre eles a Nigéria, países da África Austral e as ex-colônias portuguesas. Na década de 1970, podemos observar que essa parceria revelou o potencial dessas relações e que no fim da década de 1980, existiu a necessidade de que essas parcerias fossem mais específicas, devidos às limitações que estes países possuíam. De acordo com Juliana Santos, “os reflexos dessa trajetória para a CPLP consistem tanto na busca de um projeto realista e sustentável, como no fato de as parcerias que restaram da política africana incluírem justamente os lusófonos da África Austral, onde se encontraram dois dos membros da futura comunidade”.<sup>64</sup>

Seguindo esta perspectiva, a autora comenta acerca da manutenção da língua portuguesa como fator de engrenagem para a formação da CPLP: “Se a independência das colônias representou uma ruptura dos novos países de Portugal, a língua portuguesa foi, e ainda é, instrumental na construção dos novos Estados”.<sup>65</sup> A autora ainda cita comentários de Mourão<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Juliana Soares Santos. “*CPLP: Gênese e Instituições*”. José Flávio Sombra Saraiva. Op.cit, p 22.

<sup>65</sup> Juliana Soares Santos. Ibidem. op.cit, p 22.

<sup>66</sup> Fernando Augusto Albuquerque Mourão. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a base linguística e a base material. São Paulo *em* PERSPECTIVA. São Paulo: Revista da Fundação SEADE. Vol 9, nº1, jan/mar 1995. p 195. Apud CPLP. Op.cit, p 22.

que ressaltam a característica dessa língua como língua de resistência em relação a terceiros, possibilitando a diferenciação das novas identidades nacionais durante o processo de descolonização. Santos ressalta também a vulnerabilidade que torna a promoção da língua oficial mais urgente,

“É a necessidade de afirmação de uma nacionalidade recém-estabelecida quando os próprios conceitos de Estado e soberania começam a ser colocados em questão em algumas análises das tendências globalizantes. O português, assim, vai deixando de ser a língua colonialista e firmando-se como símbolo nacional dos novos Estados. Isso permitirá, sobretudo, que a sua integração a uma comunidade de língua portuguesa não ocorra como reflexo ou prolongamento da relação metrópole-colônia, característica basilar da CPLP”.<sup>67</sup>

Assim, com a independência das colônias portuguesas e a instauração da língua portuguesa como língua oficial dessas novas nações, será descrito nas linhas seguintes a cronologia sugerida por Juliana Santos,<sup>68</sup> que impulsionou a formação desta Comunidade.

A década de 1980 foi marcada pelo grande interesse na institucionalização dos lusófonos. Um exemplo seria o posicionamento do ministro português Jaime Gama em 1983 renovando este interesse. Em consequência, foi instituído neste período o Acordo Ortográfico, ressaltando a atenção dos países de língua portuguesa em assuntos específicos a essa temática.

No mandato do presidente brasileiro José Sarney (1985-1989), o projeto da formação da CPLP adquire contornos mais concretos: em 1989, o ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira realizou viagem pelos países de língua portuguesa levando indícios sobre a formação da Comunidade. Em novembro de 1989, na cidade de São Luís do Maranhão, ocorre a primeira reunião de chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, onde foi anunciada por Sarney, a formação dessa comunidade. Neste encontro, foi instaurado o primeiro instrumento institucional da Comunidade, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) selando, desta forma, o compromisso dos sete países para a concepção da CPLP.

---

<sup>67</sup> Juliana Soares Santos. Ibidem. op.cit, p 22

<sup>68</sup> Juliana Soares Santos. Ibidem. op.cit p 23-26

Em 1993, as intenções para a instituição da Comunidade receberam o seu maior impulso: o presidente Itamar Franco nomeia José Aparecido de Oliveira embaixador do Brasil em Portugal e este se dedica à missão de concretizar essa comunidade. Assim a formação da CPLP torna assunto da pauta diplomática brasileira e posteriormente da pauta portuguesa como, por exemplo, o discurso proferido por Celso Amorim na Sessão de Abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em que falou sobre os propósitos da Comunidade em especial à cooperação e solidariedade internacional como características principais da CPLP.

Após as conferências, mesas-redondas realizadas entre 1993 e 1994, nota-se que neste último ano citado foi constituído o Grupo de Concertação Permanente, em Lisboa, composta pelos seus embaixadores dos países de Língua Portuguesa residentes em Portugal e um representante português com o intuito de elaborar documentos constitutivos deste Organização. Com a sucessão presidencial brasileira em 1995, Fernando Henrique Cardoso incorporou em seu mandato a proposta da criação da CPLP. Por essa atitude, Juliana Santos, comenta que os ministros dos negócios Estrangeiros das Relações Exteriores reuniram-se novamente em junho de 1995, em Lisboa, e em abril de 1996, em Maputo, capital de Moçambique, para aprovar os trabalhos do Comitê de Concertação Permanente, transformado em Comitê de Embaixadores, e agendar a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que ocorreria em 17 de julho de 1996, em Lisboa<sup>69</sup>.

Tendo em vista os vários debates estabelecidos com o intuito da formação deste Organização, as linhas seguintes propõem uma breve discussão a respeito desses encontros, conferências e mesas-redondas com esse objetivo. Ainda de acordo com o ensaio que Juliana Santos, nos anos 1980 e, mais intensamente nos anos 90, essas discussões contribuíram para a efetiva retomada do projeto da CPLP.

“Um discurso renovado para a CPLP transparece nas Mesas-Redondas Afro-Luso-Brasileiras e em eventos similares, na produção acadêmica, em artigos na imprensa e em pronunciamentos oficiais. Destacam-se três temas gerais. Primeiro: a CPLP torna-se possível devido à evolução dos novos Estados, bem como dos processos de democratização de Portugal e do Brasil, conferindo aos futuros sócios linhas básicas de suas identidades que se revelaram adequadas à parceria proposta. Segundo: a desconstrução do discurso culturalista, característico da cultura africana do Brasil,

---

<sup>69</sup> Juliana Santos, *Ibidem*. Op.cit p26.

transformou papel da identidade lingüístico-cultural e favoreceu uma proposta mais realista para a CPLP. Terceiro: o cenário internacional impôs novos imperativos políticos e econômicos aos seus vários autores, entre os quais o Brasil e os demais lusófonos.”<sup>70</sup>

Apesar dos temas incentivadores apresentados para a evolução da CPLP, existem também questões que de certa forma tornaram a instauração dessa comunidade mais complexa principalmente para os países africanos de língua portuguesa. Até o ano de 2001, países como Moçambique e Guiné-Bissau sofriam guerras civis e Angola, crises políticas e conflitos internos, que estabeleceram dificuldades para a estruturação dos Governos destes países. Outra questão importante se refere ao fato das economias desses países não terem sido capazes de atender às necessidades básicas de suas populações<sup>71</sup>. É importante então, para a viabilização da CPLP, que esses problemas sejam solucionados uma vez que estes conferem um obstáculo tanto no desenvolvimento político e econômico das nações como para a própria formação desta comunidade. É uma questão importante uma vez que um dos principais objetivos da CPLP está focado na estruturação política dessas nações que por muito tempo sofrem com o flagelo de guerras de descolonização e civil. Como exemplo, é possível citar a intensa mediação da CPLP da crise guineense<sup>72</sup> e de Angola que no ano de 2002 conseguiu estabelecer a paz. Outro fator admirável para a viabilização da CPLP foi a democratização de Portugal e a do Brasil, os principais países que lutaram para a formação desta comunidade. De acordo com Santos:

“A democratização de Portugal, desde 1974, e a do Brasil, iniciada dez anos mais tarde, também constituem fatos cruciais para viabilizar a CPLP. Os regimes autoritários de ambos os países, o português acrescido do ranço colonialista, embutiam uma afirmação de grandeza nacional em que as relações internacionais melhor serviriam aos países, se se colocassem em posição de dominadores em relação à terceiros. Essa lógica tanto dificultava as relações com os países africanos, principalmente de Portugal, como favorecia uma disputa velada entre Portugal e o Brasil pela influência nos novos Estados. Embora permaneça válida em determinados círculos, sua relevância tende a decair com a incorporação crescente dos valores democráticos pelas sociedades portuguesa e brasileira. Não menos importante, a modernização econômica de Portugal e a sua integração à União Européia tornaram

---

<sup>70</sup> Juliana Santos, *Ibidem* Op.cit p26

<sup>71</sup> Juliana Santos, *Ibidem* Op.cit p27

<sup>72</sup> Em anexo, documento da CPLP voltada para a normalização de Guiné-Bissau.

desnecessária a sua hegemonia sobre as ex-colônias como forma de incrementar a sua importância internacional e a auto-estima interna”.<sup>73</sup>

Além dos acontecimentos supracitados, é possível notar que a estruturação da CPLP ganha impulso com a constatação de que a democracia e a cooperação são realidades possíveis em para nações até recentemente vítimas do autoritarismo e da instabilidade político-econômica. O segundo fator está relacionado ao esgotamento do discurso culturalista que potencializou o desenvolvimento de uma política brasileira para a África, principalmente a partir da década de 1960. Neste momento houve a constatação que a formação dessa comunidade não deveria apenas se basear no fato do berço cultural que a África proporcionou aos brasileiros, mas também na existência de políticas para a inserção da África portuguesa no cenário internacional. Trata-se de uma guinada ideológica importante porque a África saiu da posição ocupada no passado brasileiro para se inserir tal qual é na agenda contemporânea de políticas internacionais do Brasil.

“Acreditou-se que bastava assumir o fato de existir um vigoroso componente africano na formação cultural e social do Brasil para derivar a necessidade de uma relação especial com a África. Somente à medida que se sofisticava o debate sobre a inserção desse elemento africano e se permite, ainda que timidamente a exposição da profunda violência não apenas na raiz, a escravidão, mas também e fundamentalmente na reconstrução diária dessa inserção até os tempos atuais, pode-se elaborar novas bases de identidade social e cultural que favoreçam uma política brasileira para a África. É também com a diminuição gradativa da ignorância em relação à África, processo tão ou mais moroso que o anterior, que o Brasil poderá traçar objetivos gerais e específicos que sejam de fato relevantes e passíveis de realização”.

“As insuficiências do discurso culturalista tradicional de forma alguma invalidam a importância das identificações culturais, incluindo a língua; antes tornam necessária a reformulação desse discurso. A história compartilhada entre o Brasil e a África forja laços que derivam do colonialismo português comum (no caso das ex-colônias), bem como da herança do tráfico negreiro e todas as suas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais ainda não estudadas a contento. O tráfico – que trazia força de trabalho, população, costumes, culturas – foi extinto, mas a rota permaneceu. A elaboração da política africana foi, entre outras coisas, uma resposta à necessidade de retomar essa rota, logicamente com outros objetivos e uma relação possivelmente catártica com o passado. Essa necessidade permanente, mas o legado das últimas

---

<sup>73</sup> Juliana Santos, op.cit, p28



décadas, um conhecimento mais apurado das realidades brasileira e africana, levará aos atores a estratégias mais coerentes, portanto, mais permanentes”.<sup>74</sup>

Pensando nessa inserção da África portuguesa e das semelhanças que impulsionaram a formação da CPLP (alicerces históricos, culturais, étnicos e lingüísticos) na aspiração de se desenvolver mecanismos brasileiros que favoreçam nossa política para a África, é importante dizer que além dessas semelhanças presentes na herança cultural brasileira as quais Gilberto Freyre enumera de maneira exemplar, é interessante para a CPLP traçar meta e estratégias de cooperação que possam surtir efeito no presente. De acordo com Fernando Henrique Cardoso<sup>75</sup>, “a necessidade de buscar fórmulas que possam traduzir, de maneira palpável e material as afinidades já existentes”. O ex-presidente sugeriu então a transferência tecnológica, cooperação trilateral e parcerias com países desenvolvidos e agências multilaterais com o objetivo de não somente “retomar”, de acordo com os alicerces apresentados, as relações já existentes, mas também de buscar o desenvolvimento das nações a partir desta afinidade.

Outro aspecto relevante dos debates expostos para a formação da CPLP, reside nas tendências de arranjos regionais de cunho econômico e comercial que, segundo Juliana Santos página 32, impõe novos desafios às organizações fundadas em bases alternativas, como a língua comum. A autora ressalta a dúvida da formação dessa organização tendo em vista que a União Européia (para Portugal), o Mercosul (para o Brasil) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (para Angola e Moçambique) tanto pela proximidade como pelo comércio e a dispersão geográfica dos países que compõem a CPLP sugere-se que esta nova comunidade não seja fundamentada por estes fatores econômicos, mas com o objetivo de facilitar o diálogo inter-regional.

A partir desta linha de raciocínio, a busca definir o papel da CPLP no mundo globalizado e define a Globalização e suas vertentes e busca dar a CPLP, o encaixe para este processo. Sobre a Globalização como “nada mais [...] que a fase de mais incrível expansão geográfica do sistema capitalista, acelerada nos últimos anos devido à revolução tecnológica, em especial das comunicações, e à rendição de sistemas alternativos, esta simbolizada pela queda do

---

<sup>74</sup> Juliana Santos op.cit p 29.

<sup>75</sup> Citado por Juliana Santos op.cit p31.

muro de Berlim e pelo fim do socialismo europeu e soviético”.<sup>76</sup> A autora também expõe que os aspectos econômicos, culturais e políticos da globalização refletem na formação da CPLP e na elaboração das três vertentes da organização.

A propósito ainda da globalização econômica e o papel da CPLP neste processo a autora comenta que,

“Refere-se, grosso modo, às reduções tarifárias a nível global, com incremento substancial das trocas comerciais, da internacionalização da produção, além do aumento exponencial dos fluxos financeiros, todos impulsionados também pelos avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações. Os países da CPLP devem sobreviver economicamente neste sistema de competição irrefreável. Buscou-se, portanto, um modelo de comunidade que fosse viável economicamente, não oneroso aos sócios e que pudesse promover as suas economias. Tratou-se, pois, de incluir a cooperação técnica e científica e procurar atrair capitais de agência financiadoras internacionais”.<sup>77</sup>

Com relação aos efeitos da Globalização no campo da cultura, como já comentado no segundo capítulo, a cultura possui uma dinâmica que compreende mudanças tanto por fatores temporais como pelo contato com outras culturas e que esta relação pode gerar trocas e especializações formando um elemento elaborado e totalmente adaptado a uma nova realidade. A esse respeito, Santos argumenta que,

“Corresponde, muito sinteticamente, à penetração de elementos culturais exógenos nas mais recônditas nações. Torna-se importante todo projeto de manutenção e promoção da identidade e da personalidade cultural de países, grupos de países, ou mesmo setores internos de países, que não sejam exclusivistas, demagógicas e irrealistas. A base lingüístico-cultural da CPLP a faz, por excelência, um meio de sobrevivência e promoção da língua portuguesa e das culturas dos sócios, contribuindo para que o amálgama da globalização não seja empobrecedor, mas, do contrário, estimule as potencialidades culturais da humanidade como um todo”. (Santos, op.cit p 34).

Sobre a vertente política da Globalização, a autora define este processo e expõe o papel da CPLP como interveniente na concertação política, ou seja, ela deve de buscar, nos países sócios dessa comunidade, uma democratização dessas nações que por muito tempo foram vítimas de má administração, conflitos internos e do colonialismo português.

---

<sup>76</sup> Juliana Santos op.cit p 33

<sup>77</sup> Juliana Santos op.cit p 33

“Ressalta a diminuição relativa da soberania dos Estados nacionais, tanto em função da abertura econômica e do poderio de interesses privados, em especial as empresas transnacionais, como decorrente da cessão voluntária ou estimulada de parte da soberania estatal para órgãos supranacionais, ou, ainda, devido ao poder econômico-militar das potências, particularmente dos Estados Unidos. A CPLP surge como fórum adicional de concertação política entre os sócios, que não deve se limitar apenas à resolução de conflitos localizados, mas também atuar na promoção dos interesses comuns dos sete na política global. A título de exemplo, um tema em voga quando surge a CPLP, embora menos visível hoje, era a reforma do Conselho de Segurança da ONU e a possibilidade de o Brasil possuir um assento permanente. Essa e outras iniciativas que relativizem os riscos às soberanias nacionais, principalmente aquelas dos países menos poderosos, com a defesa conjunta, bem como em associação com outros atores ou grupos, de princípios afins é faceta crucial da CPLP. Está claro que a força da CPLP, tomada isoladamente, é mínima, mas potencializa-se com as múltiplas inserções dos países membros em três continentes e várias outras organizações internacionais”. (Santos, op.cit p 34-35)

A partir dos dados supracitados é possível entender que a formação da CPLP passa a ter razões maiores do que aquelas apontadas por Gilberto Freyre, claramente voltadas para as tradições culturais comuns. Deste modo, a CPLP viabiliza um ideal político e cultural que remete posteriormente aos interesses econômicos-comerciais. Para tanto, resta comentar sobre o modelo institucional a CPLP, uma vez que seria comum que esta comunidade tivesse como base os modelos já previstos por outras comunidades formadas pelo propósito da unidade lingüística, em especial, como a *Francophonie*<sup>78</sup> que inclui a França, o Quebec as Ilhas Francesas e alguns países da África e a *Comunidade Britânica*<sup>79</sup>, uma vez que estas foram criadas pela motivação de perpetuar laços entre metrópole e colônia. Acontece que a instituição da CPLP obedece a uma cadência contrária, uma vez que o objetivo desta comunidade é proporcionar aos participantes da mesma não uma relação entre metrópole e colônia, mas sim entre iguais.

---

<sup>78</sup> A Francofonia refere-se à comunidade lingüística e cultural constituída pela França e suas colônias. Em sua acepção mais ampla, ela engloba o conjunto das iniciativas de promoção do francês e dos valores que ele veicula, sem levar em conta os países onde ocorrem. No sentido institucional – quando é escrita com ‘f’ maiúsculo - ela qualifica a organização internacional que congrega os 55 Estados e governos que aderiram à sua Carta. Seu ato de fundação é a criação em Niamey, Nigéria, em 20 de março de 1970, da Agência de Cooperação Cultural e Técnica, mais tarde rebatizada Agência da Francofonia. Esta comunidade foi imaginada e concebida como uma comunidade lingüística e cultural pelos próprios países ex-colônias da França, após a conquista de independência. (Disponível em [www.agence.francophonie.org](http://www.agence.francophonie.org) acesso em 20/11/2003).

<sup>79</sup> A Comunidade Britânica é uma associação da qual fazem parte o reino Unido e a maioria de suas ex-colônias, que mantêm laços de cooperação. Com sede em Londres, é integrada por 54 países e teve início na década de 1930. Moçambique é o único membro do grupo nunca administrado pelo governo britânico. A Comunidade não possui Constituição, mas os chefes de governo dos países que a integram se reúnem, a cada dois anos, para discutir questões de interesse comum. A organização oferece apoio técnico e científico aos membros mais pobres em áreas como a agricultura, indústria, energia e saúde. E desde 1990 monitora eleições a pedido dos governos.

“O movimento da CPLP foi em sentido contrário, ou seja, o entrelaçamento das várias ex-colônias umas com as outras e com a ex-metrópole só foi possível quando a independência estava consolidada e com um discurso que sublinhava a igualdade e a soberania dos parceiros. A participação do Brasil, independente de Portugal cerca de 150 anos antes dos países africanos e com uma presença política e econômica no mundo de peso considerável e dissociada de Portugal, também contribuiu decisivamente para que a CPLP não seguisse o padrão do que seriam as suas congêneres”. (Santos op.cit p 37)

Apesar da tentativa de se desenvolver um caráter igualitário entre os membros da CPLP a tendência que se observa é a existência de dois grupos nesta comunidade: o primeiro compreende Portugal e Brasil e, no segundo, os demais países. Esta diferença é proposta pela autora, devido ao fato de Brasil e Portugal possuírem uma tradição diplomática secular o que ocasiona para a CPLP, o surgimento de iniciativas e reações mais consistentes. Estas possuem economias maiores que os demais países da Comunidade e, portanto, maiores interesses externos à CPLP, o que pode proporcionar aos países africanos um acesso diferenciado ao mercado, a novas tecnologias.

Após a descrição da gênese da CPLP, a seção a seguir visa explicar as suas vertentes que tem por objetivo: A concertação político-diplomática entre seus estados membros; A cooperação nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico científico e; A promoção e difusão da língua portuguesa.

### **As Três Vertentes da CPLP**

O artigo 1º dos Estatutos da CPLP (denominação) que define os objetivos da CPLP: “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”. O conteúdo deste artigo exprime, desde o início a vontade dos países membros de formar uma comunidade pela igualdade dos participantes.

Deste modo, Fernando Augusto Albuquerque Mourão, cita em seu ensaio<sup>80</sup> em que faz a análise crítica da CPLP, que partindo da amizade mútua, a concertação político diplomática e a cooperação são os meios eleitos para concretizar a Comunidade. Assim, Mourão expõe, como exemplo da concretização da Comunidade, a ação complementar da CPLP de encontrar uma solução para o conflito que ocorreu na Guiné-Bissau em 1998, quando houve a deposição do então presidente guineense Nino Vieira.

Nessa ocasião, os negociadores por parte da CPLP encontraram e conviveram com um mecanismo que conduziu as conversações, englobando a diplomacia bilateral portuguesa e, no plano regional, face aos interesses da área, com participação ativa da Comissão Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ultrapassando a conflituidade diplomática de alguns pontos, o arranjo tripartite do lado dos negociadores externos – a CPLP, Organização estreante, Portugal, pela sua posição histórica, e a CEDEAO, Organização regional, acabaram por encontrar uma solução, em uma demonstração realista de um arranjo diplomático.<sup>81</sup>

Assim, com a criação do fórum de ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros, a CPLP encontrou mecanismos próprios avançando a concertação diplomática, conferindo a esta vertente um passo importante.

Sobre a vertente da cooperação, é interessante comentar que esta atividade sugere o vislumbre, como cita Fernando Mourão, de um arranjo triangular, ultrapassando a fase das desconfianças e, mais recentemente, face ao aumento da presença de empresas brasileiras em Portugal, de empresas portuguesas no Brasil e de portuguesas e brasileiras em Angola e Moçambique. Este arranjo permite, “encontrar modelos de ação com base em interesses mútuos, além de se poder detectar uma série de campos de atuação envolvendo países membros da Comunidade”<sup>82</sup>.

Como ao observar a dispersão geográfica em que os países membros da CPLP, Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e, recentemente, o Timor Leste, estão inseridos, é notável que estes países realizem a nível local uma integração à outros blocos regionais como o Mercosul, a União Européia, entre outros. A CPLP serviria neste

---

<sup>80</sup> Ver em Carlos Henrique Cardim (org.). *CPLP: Oportunidades e Perspectivas*. Brasília. IBRI, 2002.

<sup>81</sup> Carlos Henrique Cardim, op.cit p 46.

<sup>82</sup> Carlos Henrique Cardim op.cit p48.

caso, para produzir um inter-relacionamento desses vários espaços regionais proporcionando novos nichos de oportunidade para estes.

Ao comentar a questão da Língua Portuguesa, o autor comenta que este idioma surge como um elemento unificador e delimitador de fronteiras nas posições de cada Estado lusofalante nas suas inserções, não excludentes, em outros espaços regionais, que esta desempenha o papel de ligação ao aproximar culturas e ao dar substantividade a espaços localizados em três continentes.

Com essa breve explicação quero, nas linhas seguintes, apresentar as três vertentes de forma a demonstrar os avanços e as dificuldades que essa comunidade têm passado e apresentar possíveis soluções.

### **A Concertação Político-Diplomática**

A CPLP, conforme comenta José Flávio Sombra Saraiva<sup>83</sup>, apesar dos constrangimentos internos e externos pelos quais se move, pode vir a se tornar uma organização mais apreciada pela sociedade internacional contemporânea e mais ativa na defesa dos seus projetos específicos. Esta comunidade deve explorar a sua condição de plataforma operacional para propiciar não somente a edificação dos seus países membros, mas também a inserção no sistema internacional o conjunto dos países que assinaram a sua Declaração Constitutiva em 1996.

O autor vê a CPLP como um lugar favorável para a reafirmação da África como uns dos objetivos insubstituíveis da Política Externa Brasileira e observa também ações que evidenciam o alargamento e aprofundamento da cooperação entre os países na forma desta vertente, de contorno mais específico, no âmbito das Organizações Internacionais, de formato que se demonstra uma expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da Comunidade internacional.

---

<sup>83</sup> CPLP: *Solidariedade e Ação Política* op.cit p 45-77.

Outro fator favorável, para a afirmação dessa vertente, foi assinado junto com a Declaração Constitutiva. São os Estatutos que, em seu artigo terceiro, confirmam o primeiro objetivo da instituição: “A concertação político-diplomática entre seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais”.<sup>84</sup>.

Outro instrumento jurídico é a Declaração da Praia,

Assinada na segunda Conferencia de Chefes de Estado e Governo em julho de 1998 em Cabo Verde que recomendava à CPLP medidas e ações no sentido da consolidação de sua dimensão política-diplomática pois estes buscavam mecanismos para o cessar das hostilidades e para restabelecimento da ordem institucional e democrática da Guiné-Bissau. (CPLP op.cit p47)

O quarto instrumento jurídico foi a Conferência dos Chefes de Estado e Governo em Maputo, Moçambique que nos dias dezessete e dezoito de julho de 2000 deixavam explícita a satisfação pela inserção de um oitavo membro na Comunidade, o Timor Leste. Além destes instrumentos, resta citar o mais importante, segundo Saraiva, que são as recomendações nos documentos finais visando a consolidação e o aperfeiçoamento das instituições democráticas nos Estados-membros, em consonância com as legítimas aspirações dos seus povos, bem como a proposição da ampliação da agenda política da CPLP tendo em vista discutir os grandes temas da atualidade.<sup>85</sup>

Com este objetivo, foi instituída nessa Conferência a Declaração Sobre "Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização" que estabelecia o compromisso dos países membros de desenvolver mecanismos de cooperação com o objetivo de:

Promover iniciativas econômicas, sociais e culturais com o fim principal da erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável; Promover o dinamismo econômico, o equilíbrio macroeconômico, estabilidade financeira, a transparência e a concorrência; Aliviar os encargos da dívida externa dos países mais pobres, mais endividados e mais penalizados com os seus encargos; Ampliar o comércio; Estimular o desenvolvimento tecnológico e compartilhar tecnologias; Fortalecer a sociedade civil e apoiar as famílias; Garantir a segurança dos cidadãos e a luta contra o crime, designadamente pelo combate ao crime organizado e transnacional; Modernizar as práticas de Governo, para servir efetivamente os cidadãos;

---

<sup>84</sup> Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 17 julho de 1996. Apud, op.cit p 47.

<sup>85</sup> José Flávio Sombra Saraiva (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. op.cit p48.

Valorizar a língua portuguesa através do acréscimo da sua projeção internacional apoiando iniciativas destinadas à divulgação e ao fortalecimento dos valores culturais compartilhados; Aperfeiçoar a capacidade técnica da administração pública, investindo na educação dos servidores e na qualidade dos serviços; Integrar os imigrantes na ordem econômica, social e política; Apoiar a inclusão social e o respeito pela diversidade étnica, cultural e religiosa; Aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, direitos humanos, ajuda ao desenvolvimento, comércio internacional e justiça social; Assumir a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objetivos comuns no que concerne ao respeito e à segurança entre as nações.<sup>86</sup>

Por esta Declaração, podemos perceber que existe na CPLP um grande esforço para que esta possua um avanço jurídico, um incentivo para o investimento dos países-membros em buscarem soluções para a construção de um espaço próprio e para a inserção de seus países-membros nos termos da globalização.

Saraiva observa que se tem notado uma evolução da CPLP e de seus mecanismos de coordenação no âmbito da CPLP e de seus mecanismos de coordenação no âmbito político-diplomático e cita como exemplo, a consolidação da democracia nos sete países.

Nesse sentido, a CPLP apresenta-se como uma instituição adaptada aos tempos de geometria múltipla do sistema internacional em edificação, moderna no que refere a sua flexibilidade instrumental e propositiva uma vez que, apesar de pouca experiência internacional, foi capaz de estar presente em algumas circunstâncias relevantes e ampliar seu prestígio internacional. (CPLP op.cit p50)

Essa evolução tem contribuído para o desenvolvimento da CPLP no sentido de que esta visa a interação de seus membros de forma igualitária, buscando a inoperância de questionamentos referentes ao relacionamento entre ex-metrópoles e ex-colônias. Nesta configuração, é importante novamente dizer que muitos esforços foram feitos para o estabelecimento da instituição, porém essas atividades não impedem que algumas críticas sejam feitas em relação aos constrangimentos ocorridos, como por exemplo, o caso angolano em que, pela ausência de mecanismos persuasivos e de ordem militar e de pressão econômica, a CPLP pouco pode fazer para facilitar as negociações para o estabelecimento da paz neste país.

---

<sup>86</sup> Declaração Sobre "*Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização*." IIIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Maputo, Moçambique, 16-17 Julho de 2000.



É importante deixar claro que, mesmo por estes constrangimentos, a CPLP vem exercendo importantes tarefas na ação de prevenção de desajustes. Um exemplo cita o José Flávio Sombra Saraiva, é o caso da prevenção de conflitos da Guiné-Bissau, na concertação macropolítica no caso do Timor-Leste e na eventual contribuição ao apaziguamento de espíritos diante das dificuldades na delimitação das fronteiras marítimas de São Tomé e Príncipe com a Nigéria.<sup>87</sup> O autor comenta também sobre a participação brasileira nessas negociações:

O Brasil, em especial, vem oferecendo seu capital diplomático a favor de soluções de conflitos pela via pacífica, como o fez pelo seu representante no Grupo de Contato na crise da Guiné-Bissau, evitando o predomínio de visões militaristas no processo negociador e contendo excessos de membros mais aguerridos e interessados em uma solução diferente da obtida. (CPLP op.cit 53)

Com essa conformidade, é notável que a CPLP vem assistindo um momento favorável da sua evolução institucional ao participar na resolução de conflitos, mas que também é importante, para o seu estabelecimento definitivo, que a comunidade obtenha uma nova forma mais amadurecida, no que concerne o estabelecimento de órgãos mais expressivos para a resolução de problemas dos países-membros.

Saraiva, comenta neste contexto em que existem duas correntes, pessimistas e otimistas, sobre a criação da CPLP. Para os otimistas a CPLP,

Cria-se sem precipitações, prossegue caminho seguro e cauteloso, desconfiada que é das pressões que a rodeiam para que ela amadureça antes do tempo. Para esse, a CPLP não se tornou a *chasse gardée* de nenhum país nem a caixa de ressonância de regiões mais carentes. Tampouco se armou em uma burocracia autocrática, egoísta, ávida por preservar-se e engendrar projetos paroquiais sem a observância dos custos, de metas exequíveis e da maximização das relações entre custo e benefício. Avança a CPLP também como uma experiência de consensos construídos a partir de um novo diálogo de uma ex-metrópole com ex-colônias. Avança a CPLP sem padecer da bicefalia que se poderia imaginar diante da presença proeminente do Brasil no arranjo comunitário.<sup>88</sup>

O que é importante comentar é que a CPLP não é capaz de resolver todos os problemas. A comunidade é um instrumento político-diplomático destinado a promover a

---

<sup>87</sup> José Flávio Sombra Saraiva (org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. op.cit p 53

<sup>88</sup> José Flávio Sombra Saraiva op.cit p54

aproximação dos Estados-membros e facilitar parcerias. Ela não é capacitada a substituir uma ação bilateral, mas de complementá-las e fortalecê-las. “Seus objetos são de longo prazo, suas regras são democráticas, seu espaço aberto à colaboração de outros parceiros, públicos e privados, intra e extrazona”.<sup>89</sup>

Saraiva também expõe a opinião dos pessimistas:

A CPLP cria-se de maneira equivocada, fazendo-se de sonsa e esquiva em sua missão de construção da concertação política no espaço dos países de língua oficial portuguesa. A CPLP, para seus críticos, não disse ainda a que veio, não indicou seu sentido de ação no plano da política internacional. Insistindo em não ser uma espécie de Organização dos Estados Americanos(OEA), ela parece estar-se contentando em ser um laboratório de análise da situação catastrófica de alguns países africanos ou uma mera caixa de ressonância de problemas insolúveis. Em outras palavras, ela abdicaria de sua condição de agente da política internacional dos Estados para contentar-se com o papel menor de organização não-governamental (ONG). (José Flávio Sombra Saraiva op.cit p55)

Apresentados os pontos de vista, é importante, para a CPLP que alguns problemas sejam resolvidos como o melhoramento das relações entre os estados-membros. Por exemplo, cito as relações do Brasil com a África portuguesa que na década de 1990 possuía um contexto menos relevante porque nosso país estava mais interessado em estabelecer uma política integracionista com a região platina. Outro fator importante seria que o Brasil neste período manteve maiores relações com países africanos não-pertencentes à CPLP, neste caso a Nigéria e a África do Sul. Angola obedece a terceira ordem na preferência brasileira<sup>90</sup>.

Existem algumas restrições também referentes aos países africanos, pois estes possuem características e objetivos diferentes. Mesmo assim, há uma grande expectativa por estes países, que a CPLP possa contribuir para estas nações no que concerne a Cooperação Técnica.

Já para o lado português, segundo Saraiva, não possui demasiado interesse pela CPLP, mas sente necessidade que, para se tornar cada vez mais europeu, de se manter numa área

---

<sup>89</sup> Embaixador José Pimentel. Apud José Flávio Sombra Saraiva op.cit p54

<sup>90</sup> José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 58-62

de afirmação dos seus espaços restritos de sua condição periférica na União Européia<sup>91</sup>. Além deste fator é importante citar que existe uma atenção deste país para que a CPLP não gire em torno do eixo brasileiro, uma vez que os demais Estados-membros se identifiquem mais conosco.

Enfim, sobre a concertação político-diplomática, é interessante dizer que vários esforços foram feitos em prol da comunidade. Mas que, para a sua permanência no cenário internacional, é importante que a CPLP tome algumas posturas que busquem o maior interesse dos seus membros.

## A Cooperação

“A cooperação *latu sensu* representa a própria razão de ser da Comunidade, pois se a língua portuguesa explica a seleção dos parceiros comunitários, é o objetivo da cooperação em língua portuguesa que orienta a ação política dos países-membros. Trata-se de uma cooperação de natureza pacífica sem quaisquer objetivos militares, que se aproveita de elementos históricos e culturais comuns tendo em vista potencializar os esforços de cooperação internacional e a promoção de desenvolvimento dirigida para os países e populações que falam português. Em meio à concorrência internacional, até mesmo no domínio da cooperação e particularmente obtenção de recursos para o desenvolvimento dirigidos para os países e populações que falam português. Em meio à concorrência internacional, até mesmo no domínio da cooperação e particularmente na obtenção de recursos para o desenvolvimento, a existência da CPLP e sua vertente de cooperação forja uma realidade potencialmente mais favorável, em especial para os países menores da Comunidade, que, por meio da CPLP, podem valer-se não só da sinergia criada no seio da própria Comunidade, mas também da capacidade da organização de levar aos parceiros e *fora* multilaterais internacionais as demandas do conjunto dos países de língua portuguesa. A CPLP, como organização internacional que agrega um conjunto de mais de duzentos milhões de habitantes e países espalhados por quatro continentes, amplifica a presença internacional de cada país isoladamente”.<sup>92</sup>

Acredito que, de certa forma, esta é a vertente que mais se observa atividade na CPLP. A cooperação abrange, na CPLP, uma larga gama de temas. Podemos citar segundo dados das referências bibliográficas que este auxílio iniciou-se antes da fundação da Comunidade, nos anos 1970, momento em que o Brasil apóia o intercâmbio de pessoas e trocas de experiências com vários países da América latina e da África<sup>93</sup>. Nos anos 1980, houve a inauguração do

---

<sup>91</sup> José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 67

<sup>92</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 80.

<sup>93</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 81

Programa de Estudantes-Convênio (PEC) que tinha por objetivo oferecer aos estudantes dos países africanos de língua portuguesa vagas para estudarem em universidades e escolas técnicas brasileiras.

É observado que esta atitude do governo brasileiro foi contínua nos anos 1990 quando essa cooperação obteve um cunho vislumbrando ainda mais o desenvolvimento dos países africanos de língua portuguesa. Neste momento, como Cooperação Técnica Para o Desenvolvimento, essa prática evoluiu positivamente e se aspira que nestas ações, de modo que este auxílio seja potencializado, que sejam estabelecidos as prioridades setoriais indicadas pelas autoridades de cada país.<sup>94</sup>

Na atualidade pode-se notar que a CPLP tem exercido várias contribuições para os países africanos no tocante à cooperação na área de Educação (segundo a IIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP de 17 de julho de 1998), na área da saúde (principalmente na questão DST/AIDS conseqüentes à determinação dos chefes de Estado e de Governo reunidos em Maputo, em julho de 2000), reuniões setoriais governamentais que visam a cooperação multilateral e por ações de cooperação técnica que tenham por objetivo a consolidação das democracias dos países-membros<sup>95</sup>.

No âmbito brasileiro, observa-se que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vem fazendo um grande trabalho, juntamente com outros órgãos brasileiros visando apressar o desenvolvimento socioeconômico dos parceiros ao compartilhar experiências e técnicas. Em projetos de CTPD, segundo Alice Pessoa de Abreu, os custos com desenvolvimento tecnológicos não são acrescidos nos projetos e demonstra de fato o objetivo da cooperação na CPLP: a transferência de conhecimento e tecnologia para os países em desenvolvimento de forma a capacitá-los a promover o crescimento de seus países. Esses projetos proporcionam também aos nossos pesquisadores a oportunidade de terem uma experiência da internacionalização.

Não só como agentes de recepção da cooperação técnica internacional oferecida pelos países do primeiro mundo, mas também como agentes de transmissão da cooperação,

---

<sup>94</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 83

<sup>95</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 88

as instituições brasileiras têm revelado maturidade e competência, algumas delas obtendo reconhecimento internacional. Por exemplo, na área de saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); na área da agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); no campo da formação de recursos humanos, o Serviço Nacional da Indústria (Senai) e o Serviço Nacional do Comércio (Senac) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), entre outras. o nível de excelência das instituições brasileiras prestadoras de cooperação para os países em desenvolvimento, e em particular para os países africanos de língua portuguesa, tem justificado o estabelecimento de parcerias financeiras com terceiras fontes internacionais de apoio ao desenvolvimento e à cooperação entre nações, como a Agência Japonesa de Cooperação e sua homóloga alemã, que têm financiado projetos envolvendo estes países africanos e a cooperação técnica brasileira”<sup>96</sup>

Apesar das contribuições dessas agências, o que se observa na CPLP é que esta organização ainda não conseguiu a adesão de fontes financiadoras internacionais ao Fundo Especial da Comunidade<sup>97</sup>. Esta instituição, segundo a autora, foi aprovada em 1999, prevê a constituição de um fundo a partir de contribuições pecuniárias dos países-membros, de terceiras fontes, públicas e/ou privadas, e de Organizações internacionais, destinado a financiar os projetos de cooperação técnica da Comunidade. Ainda com a formação desta instituição e da contribuição dos países-membros, é lembrado pela autora que os valores disponíveis neste Fundo são ainda pouco expressivos fazendo-se que os projetos de cooperação fiquem a mercê da solidariedade dos países que proporcionam esta cooperação. Como exemplo, segue abaixo quadro referente à Evolução dos Parâmetros Estabelecidos Para Utilização do Fundo Especial dos anos 2002-2003.

#### QUADRO ÚNICO - EVOLUÇÃO DOS PARAMETROS ESTABELECIDOS PARA UTILIZAÇÃO DO FUNDO ESPECIAL 2002-2003

Grupos	II Semestre	I Semestre 2003	Total Euro	Total USD	% Indicativa	% Realizada
IILP	77.576,32	0,00	77.576,32	89.168,18	20	15
Educação e Promoção Ling. Portuguesa	11.265,40	1.902,59	13.167,99	15.135,62	30	2,5
Cooperação	194.785,27	35.667,16	230.452,43	264.887,85	30	44,5
Ações Pontuais	189.401,28	7.568,39	196.969,67	226.401,92	5	38
Ajudas Humanitárias	0,00	0,00	0,00	0,00	7	0
Fundo de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	8	0
Total Geral	473.028,27	45.138,14	518.166,41	595.593,57	100	100
<b>Câmbio de 25/ 06/2003 - USD 1,00= EUR 0,87</b>						

Fonte: [www.cplp.org](http://www.cplp.org)

<sup>96</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 89

<sup>97</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 90

Sobre a cooperação cultural, é importante dizer que é um setor que, no Brasil está a cargo do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores e que estes projetos conferem uma dinâmica peculiar à cooperação em língua portuguesa. Esta cooperação contribui para a difusão da Cultura Brasileira nos países africanos de língua portuguesa e em Portugal por meio da divulgação da música e do cinema de nosso país.

Em se tratando da ajuda humanitária, nota-se que o Brasil tem desenvolvido ações neste setor principalmente de forma multilateral, como, de acordo com Alice Pessoa de Abreu, na doação para Guiné-Bissau de uma dezena de toneladas de medicamentos e de trezentas mil doses de vacinas contra meningite. Segundo a autora, “os medicamentos foram doados pelo Ministério da Saúde brasileiro, mas só puderam chegar ao destino graças à parceria com as autoridades portuguesas, que disponibilizaram o transporte marítimo até o território guineense e aéreo, para a distribuição de doações.”<sup>98</sup>

Com isso é interessante dizer que esta vertente vem contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento das nações, principalmente africanas, membros da CPLP. Mas é necessário também que outros tipos de cooperação sejam também abordados pela Comunidade. O que se observa Portugal e Brasil, segundo a autora, ainda não conseguiram negociar um trabalho conjunto de cooperação e que a CPLP ainda é pouco conhecida no cenário internacional o que remete dificuldades para a aquisição de parcerias com outras Organizações Internacionais. Fica necessário, então que a Comunidade, em busca de obter alicerces no sistema internacional, que busque ações capazes de minimizar essas fragilidades e que desta forma, buscando maiores parceiros nessa ferramenta de cooperação possam acarear mais investimentos e proporcionar aos membros dessa instituição melhores condições de vida.

---

<sup>98</sup> Alice Pessoa de Abreu et.al “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 92

## A divulgação da Língua Portuguesa

Como observaremos no trecho a seguir, a língua, segundo Enilde Faulstich<sup>99</sup>, desempenha papel decisivo na CPLP:

“As línguas são foco de normas comumente aceitas, oriundas de diversos fatores. Destes ressaltam-se pelo menos três. O primeiro diz respeito às criações literárias que difundem no espaço e fixam no tempo um modo de produzir o pensamento e, conseqüentemente, de dizer as coisas. Outro são as estruturas políticas que utilizam a língua e, muito especialmente a língua escrita, no exercício da sua autoridade. E o terceiro é a consciência de coletividade, que preconiza direitos e deveres iguais para todos, ao proporcionar a expressão como base da própria identidade.”<sup>100</sup>

Como podemos observar com essa pesquisa, que assim como Appiah, a autora cita sobre a relevância da língua como fator proeminente no que concerne a evolução dos territórios para Estados nacionais, pois tem a propriedade de consolidar, adquirir prestígio e patentear a efetiva difusão da consciência moral. A autora observa também, o que acredito ser concordante com Appiah, que a língua além das propriedades citadas exerce a função de unificadora das nações.

Com essa perspectiva, existe na CPLP várias discussões referentes a língua portuguesa, principalmente devido à dispersão geográfica, observa-se que algumas ações devam ser tomadas. Uma delas é referente à universidade e a diversidade dos países-membros e, conseqüentemente a língua em uso. O que se nota é que a unidade é mantida por um padrão oficial e num modelo gramatical, mas que os maiores questionamentos estão relacionados à linguagem coloquial sendo então necessário pensar sobre a maneira como as linguagens realizam as ações de interação em lugares concretos.

A autora comenta que Brasil e África ao mesmo tempo em que foram receptoras da cultura portuguesa, da mesma forma que Gilberto Freyre comentara a respeito, resguardaram e desenvolveram suas culturas próprias e puderam, em virtude disso, deixar as marcas lingüísticas e os saberes em sociedades com as quais mantiveram e mantêm contato. Isso

---

<sup>99</sup> Enilde Faulstich “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 105.

<sup>100</sup> Enilde Faulstich “In” José Flávio Sombra Saraiva op.cit p 105.

faz com que a língua portuguesa, no âmbito de idioma e, portanto de entidade supranacional, congregue uma diversa gama de flexões lingüísticas fazendo com este idioma em questão possua um ordenamento interno e externo sob o ponto de vista da oficialização. No âmbito interno, como posso citar o caso brasileiro, vemos que no título II capítulo III, no art. 13 da Constituição Federal de 1988 que determina a língua portuguesa como idioma oficial da República Federativa do Brasil. No âmbito externo, principalmente no que concerne a CPLP, seguem abaixo alguns comentários sobre o *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP), o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* e o projeto *LIV/CPLP* (Línguas Clássica e Vernácula da Universidade de Brasília).

O *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP) foi criado em 1º de novembro de 1989, em São Luís do Maranhão e concluído em Lisboa no dia 16 de dezembro de 1990. Segundo seu Estatuto têm por objetivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Sua sede é em Praia, capital da República de Cabo Verde. De acordo com Enilde Faulstich, este Instituto tem um caráter didático e descreve também que é uma expectativa que esta instituição funcione como um difusor da variedade da língua portuguesa com uma meta se fortalecer a unidade da língua.

O *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* foi assinado em Lisboa em 16 de novembro de 1990 e deveria ter entrado em vigor em 1º de janeiro de 1994. Mas existe algumas divergências no que se refere a gramática da língua portuguesa nos países. No caso de Brasil e Portugal, algumas palavras que possuem um mesmo significado, tem uma ortografia diferente (ex. “ação” brasileiro e “acção” português), fazendo com que haja uma divergência sobre que grafia é a mais conveniente.

Sobre o projeto *LIV/CPLP* é importante dizer que vem sendo desenvolvido pela Universidade de Brasília desde 1998 e visa a formação de educadores de Língua Portuguesa. Para tanto, foi desenvolvido nessa Universidade a Licenciatura em Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL) com objetivos definidos. Um deles, e principal é a formação de professores de Língua Portuguesa para ensinar o Português do Brasil - língua, literatura e cultura - a falantes e usuários de outras línguas. Segundo Enilde Faulstich, este curso de licenciatura, que se



circunscreve em um contexto de Políticas Lingüísticas, pretende atender a comunidades que, no Brasil, não têm o português como primeira língua e, no exterior, àqueles que desejam aprender o Português do Brasil como língua de comunicação internacional, além de colaborar para o fortalecimento do ensino da língua em países que a têm como oficial. Na atualidade, o português é língua de dois grandes mercados mundiais, a União Européia e o Mercosul, e língua oficial de todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>101</sup>.

Portanto, observando as vertentes da CPLP e também as atividades referentes a essas, podemos crer que muitas iniciativas foram feitas principalmente no tocante á cooperação. Sobre a concertação político diplomática, é necessário que a CPLP lute para a edificação de mecanismos mais eficazes para a restauração da democracia em seus países membros e por fim, sobre a língua portuguesa, que acredito que seja a vertente mais complexa em se desenvolver acordos, é interessante observar a importância política deste instrumento para a Comunidade, pois este símbolo é referencial para o estabelecimento dos novos Estados, confere a identidade e o principal motivo da união dos países-membros: a língua portuguesa.

---

<sup>101</sup> Disponível em [http://www.terminometro.info/b40/pt/lingua\\_cplp\\_pt.htm](http://www.terminometro.info/b40/pt/lingua_cplp_pt.htm) Acesso em 20/11/2003.

## CONCLUSÃO

Esta monografia buscou, em primeiro lugar, discursar sobre o papel da cultura na sociedade, utilizar a *Teoria da Prática* proposta por Pierre Bourdieu e definir o valor da língua numa nação. Em segundo lugar, procurou fazer uma leitura sobre a obra de Gilberto Freyre e a sua contribuição para formação de uma unidade linguística. E finalmente, analisou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como foi dito, mostrou-se a cultura como um fator importante para a integração de países, que ela exerce uma função de ordenadora da sociedade. Citou-se também, sobre a necessidade de se ter cultura como uma estrutura estruturante de uma sociedade e não de estrutura estruturada. Foi definido de acordo com a literatura de Relações Internacionais em que consiste uma Organização Internacional e descrito os apontamentos de Appiah sobre os motivos que conferem a identidade que os povos colonizados na África têm pela língua do colonizador.

No segundo capítulo, foi utilizada a literatura de Gilberto Freyre sobre a peculiaridade da colonização portuguesa que exerceu a função de formadora de uma nova cultura a lusotropical. Neste capítulo foram desenvolvidos argumentos sobre a estrutura funcional desta colonização que conseguiu se adaptar e mesclar valores europeus e nativos. Foi feita referência à formação de uma ciência luso-tropical e de uma integração cultural proporcionada pela similaridade linguística. Ao fim deste, foram dados estatísticas referentes a língua portuguesa na atualidade.

O último capítulo foi dedicado ao Estudo de caso sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. Sobre isto, foi deixado claro que a formação dessa instituição somente foi possível devido ao berço cultural que os países membros tem em comum. Ao analisar a CPLP foi possível detectar a importância de se estudar a cultura como formadora de um Organização Internacional. O estudo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

constitui um interessante “estudo de caso” no âmbito das Relações Internacionais. A sua análise privilegia a relevância da questão cultural e da língua comum para a compreensão da sociedade.

Vemos que pela concertação político-diplomática, a CPLP vem desenvolvendo muitos projetos como intuito de promover aos países-membros posições comuns, em foros internacionais ou regionais, quanto a assuntos de interesse também comum para os diversos países envolvidos, como o Comércio Internacional, a luta da discriminação e do racismo, a defesa dos Direitos Humanos.

Pela divulgação da língua portuguesa, podemos observar que esta não exerce papel opressor nas nações que foram colonizadas, mas sim a língua de uma união nacional e que constitui um instrumento essencial para que estes países que recentemente adquiriram sua independência possam ter acesso a avanços e conquistas que possam proporcionar o bem-estar da população.

Por meio da cooperação os países da CPLP adquirem o desenvolvimento socioeconômico e político e que, pela desigualdade do desenvolvimento relativo existente, neste campo o Brasil e Portugal teriam mais a dar e os outros, a receber, o que não impede os fluxos de cooperação em outros sentidos, sejam entre os países da África e o Timor Leste ou destes para o Brasil e Portugal, em áreas de conhecimento bem específicas.

Deste modo, o estudo da CPLP corrobora para a compreensão de que a cultura desempenha um importante papel no ordenamento de uma coletividade, uma vez que esta define a forma de vestir, de falar, o consumo e que a Língua Portuguesa pode, por meio desta Comunidade ligar não somente Portugal e Brasil, mas todo um conjunto de outros países que adotaram este idioma oficialmente.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA INTERGOVERNAMENTAL DE FRANCOFONIA. Disponível em <[www.agence.francophonie.org](http://www.agence.francophonie.org)> acesso em 20 novembro 2003.

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo. Editora Abril, 2003

APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Editora Universidade de Brasília, 2000.

BOURDIEU Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S/A. 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas Lingüísticas: O que Falar quer dizer*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

CARDIM, Carlos Henrique (org.). *CPLP: Oportunidades e Perspectivas*. Brasília: IBRI, 2002.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 13 novembro 2003.

CONSULADO DE PORTUGAL. Disponível em <<http://www.consuladodeportugal-santos.org.br/lingua.htm>> Acesso em 04 novembro 2003.

FERRO, MARC. *História das Colonizações*. Das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1996.

FREYRE, GILBERTO. *Brasileiro em Terras Portuguesas(Um)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

FREYRE, GILBERTO. *Integração Portuguesa nos Trópicos*. s.e.,1958

GEERTZ, Clifford Geertz. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NOSSA HISTÓRIA. Disponível em <[www.nossahistoria.com.br](http://www.nossahistoria.com.br)> Acesso em 20 novembro 2003

SAHLINS, Marshal. *Em La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura, "In" Cultura e Razão Prática*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SARAIWA, José Flávio Sombra Saraiva (org.), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política. Brasília. IBRI. 2001.

SARAIWA. José Flávio Sombra. In “Por uma Comunidade Fraterna: CPLP” s.e 2000

TERMINOMETRO. Disponível em <[http://www.terminometro.info/b40/pt/lingua\\_cplp\\_pt.htm](http://www.terminometro.info/b40/pt/lingua_cplp_pt.htm)>

Acesso em 20 novembro 2003

## **ANEXOS**

## **CPLP voltada para a normalização de Guiné-Bissau CPLP e a crise na Guiné-Bissau**

### **I – Antecedentes da crise**

- O ano de 2002 esteve marcado por um progressivo agravamento da crise política e econômica na Guiné-Bissau. As tensões levaram à demissão do Primeiro Ministro Alamara Nhasse (substituído por Mário Pires) e à dissolução da Assembleia Nacional Popular, a 14 de novembro de 2002. Tais atos levaram os opositores do Presidente Kumba Yalá a denunciarem a concentração de poderes em mãos do líder guineense como uma ameaça à democracia e ao estado de direito.

- Os meses subsequentes estiveram marcados pela incerteza quanto ao calendário eleitoral. Inicialmente marcadas para o início de 2003, as eleições legislativas foram adiadas para junho e, logo em seguida, para outubro. Tais mudanças de calendário deveram-se tanto à ausência de condições objetivas para organização do pleito (carência de recursos financeiros e humanos, necessidade de recadastramento geral de eleitores) quanto à pressão de grupos oposicionistas, os quais consideravam que um pleito realizado de forma intempestiva beneficiaria apenas os aliados governamentais.

- Em paralelo à crise política, os primeiros meses de 2003 delinearam um cenário de depressão econômica na Guiné-Bissau e de virtual paralisia do aparelho estatal. O crônico atraso no pagamento dos salários de servidores civis e militares e o aumento do desemprego e do desabastecimento levaram ao surgimento de greves e à inoperância das instituições públicas.

- A aguda crise social somente pôde ser acomodada devido ao recurso da população às estruturas familiares tradicionais, às trocas em espécie, às atividades informais e a um amplo comércio fronteiriço, realizado à margem da esfera de controle do Estado.

- Em 17 de julho de 2003, reunidos em Coimbra, Portugal, para sua VIII Reunião Anual, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP receberam comunicado do Presidente Kumba Yalá pelo qual solicitava o apoio da CPLP para que se criassem na Guiné-Bissau condições favoráveis à realização do processo eleitoral num clima

de normalidade e para que pudesse ser iniciado um esforço conjunto visando a plena restauração institucional e capacitação da administração pública do país.

- Em resposta, o Conselho de Ministros aprovou a Resolução sobre a Guiné-Bissau, decidindo:

- *“Realizar diligências, por intermédio do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Luiz Inácio Lula da Silva, junto de Organizações Financeiras Internacionais, no sentido de obter apoio à recuperação da administração pública guineense, de forma a que possam ser criadas, na Guiné-Bissau, as condições necessárias ao acesso desse Estado membro a linhas de crédito internacionais e aos diversos programas de apoio ao desenvolvimento e de assistência multilateral”.*

- *“Enviar à Guiné-Bissau uma missão de apoio eleitoral, que possa auxiliar as autoridades guineenses na preparação das eleições – em tarefas tais como o recenseamento da população votante, o registro de eleitores e a implantação de mecanismos rápidos e fiáveis de apuramento dos votos – e que se ocupe, posteriormente, da necessária observação do processo; e, em paralelo”,*

- *“Designar Sua Excelência o Doutor José Ramos Horta , Prémio Nobel da Paz e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Timor-Leste, como Enviado Especial da CPLP para Guiné-Bissau , com o objectivo de promover o diálogo na sociedade guineense, contribuindo dessa forma para que o processo eleitoral decorra num clima de tranquilidade e entendimento. “*

- A Primeira Missão do Enviado Especial da CPLP à Guiné-Bissau decorreu de 9 a 16 de Agosto de 2003, teve por objectivo o acompanhamento do processo de preparação das eleições, bem como a promoção do diálogo na sociedade guineense, visando contribuir para que o processo eleitoral pudesse decorrer num clima de tranquilidade e entendimento.

## **II – O Golpe de Estado e a formação do Conselho Nacional de Transição**



- Na madrugada de 14 de setembro último, as chefias militares guineenses tomaram o controle do país . O poder foi assumido pelo Comité Militar para Recuperação da Ordem Constitucional Democrática (CMROCD), liderado pelo general Veríssimo Correia Seabra.

- Reunido em sessão extraordinária, no dia 15 de setembro de 2003 , para analisar a situação prevalecente na Guiné-Bissau, o Comité de Concertação Permanente da CPLP condenou a ruptura institucional e apelou aos militares, às forças político-partidárias e à sociedade civil guineenses para encontrarem, pela via do diálogo, as soluções para os problemas do país, tendo em vista a normalização da ordem constitucional e da legalidade democrática neste Estado membro.

- Em 17 de Setembro, Kumba Yalá renunciou ao seu cargo de Presidente da República. Em seu comunicado aos guineenses, o ex-Presidente declarou aceitar a nomeação de um governo civil de união nacional e de transição até a realização de eleições.

- Uma vez consolidada a nova situação interna, o Comité Militar para Recuperação da Ordem Constitucional Democrática (CMROCD) nomeou, a 28 de Setembro de 2003, o Dr. Henrique Rosa para o cargo de Presidente da República Interino . Como Primeiro-Ministro do Governo de Transição foi empossado o Dr. Artur Sanhá.

- Paralelamente, deu-se a criação do Conselho Nacional de Transição – novo órgão governativo consagrado na Carta de Transição Política – liderado pelo general Veríssimo C. Seabra.

- Devido à anterior dissolução da Assembleia Nacional Popular, o Conselho Nacional de Transição será o órgão supremo da administração do Estado , até às eleições legislativas previstas para Março de 2004. A Carta de Transição Política foi assinada pela maioria dos partidos políticos da Guiné-Bissau.

- Os onze ministros e os cinco secretários de Estado do Governo de Transição tomaram posse a 3 de Outubro e comprometeram-se a garantir: (a) realização de eleições

legislativas, no prazo de seis meses; (b) o pagamento dos salários em atraso da administração pública.

### **III – Gestões para a superação da crise**

- Com o propósito de explicar a situação em seu país e obter apoios que permitam à Guiné-Bissau superar suas dificuldades, o Presidente Interino Henrique Rosa realizou, no dia 7 de novembro, visita de trabalho a Portugal .

- O principal item da pauta do Chefe de Estado guineense foi a solicitação de ajuda financeira que possibilite o pagamento dos salários atrasados de servidores (10 meses), fator indispensável para a retomada das atividades de governo e a normalização da situação no país.

- Henrique Rosa foi recebido pelo Presidente português, Jorge Sampaio, que anunciou um Programa de Ação de Cooperação de Curto Prazo , incluindo ajuda financeira e assessoria técnica de urgência à Guiné-Bissau. Para o efeito, uma equipe com técnicos do Ministério das Finanças, do Ministério da Saúde e do Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD) dirigiu-se a Bissau, a fim de identificar no terreno as necessidades locais.

- Portugal comprometeu-se , ainda, a auxiliar o novo Governo da Guiné-Bissau em gestões junto aos países da União Européia no sentido de obter apoio político e ajuda financeira.

- O Presidente Interino da Guiné-Bissau esteve também na sede da CPLP , onde foi recebido, em sessão extraordinária, pelo Comité de Concertação Permanente. Em Declaração emitida na ocasião, o CCP :

- manifestou a sua convicção de que o actual período de transição da Guiné-Bissau ocorrerá sem sobressaltos , no quadro do respeito pelo primado da democracia, da tolerância política e pleno sentido patriótico, o que permitirá a realização das próximas eleições de forma pacífica.

- reiterou o seu apelo à Comunidade Internacional no sentido de prestar apoio à Guiné-Bissau, de modo a contribuir material e financeiramente para a realização das referidas eleições nas datas programadas.

- reiterou as decisões constantes da Resolução sobre a Guiné-Bissau , aprovada na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Coimbra em 17 e 18 de Julho de 2003, designadamente no que respeita ao apoio da Comunidade Internacional à recuperação da administração pública guineense, de forma a que possam ser criadas as condições necessárias ao acesso do país a linhas de crédito internacionais e aos diversos programas de apoio ao desenvolvimento e de assistência multilateral.

- manditou o Secretário Executivo Adjunto da CPLP, Dr. Zeferino Martins, para efetuar uma missão à Guiné-Bissau , com o objetivo de oferecer a colaboração da CPLP para o processo de normalização político-constitucional, bem como para avaliar o apoio que a Comunidade poderá dar ao Governo de Transição .

- O Secretário Executivo Adjunto da CPLP deverá permanecer em Bissau de 7 a 14 de novembro , de modo a cumprir a missão que lhe foi assignada pelo CCP, bem como preparar a II Missão do Enviado Especial da CPLP, Dr. Ramos-Horta, à Guiné-Bissau.

- O Presidente Interino da Guiné-Bissau deverá viajar a Washington e Nova York na segunda quinzena de novembro, com o objetivo de pleitear junto aos Organizações internacionais a ajuda de EU\$ 30 milhões (aproximadamente US\$ 35 milhões) para poder pagar os salários atrasados de servidores.

Lisboa, 10 de novembro de 2003 / MOD

### Órgãos da CPLP<sup>102</sup>

A CPLP é Constituída pelos seguintes órgãos: *Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores, Reuniões Ministeriais Temáticas, Comitê de Concertação Permanente, Secretariado Executivo e Reunião dos Pontos Focais de Cooperação*. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos estados membros. As decisões das Conferências, tomadas por consenso, são vinculativas para todos os Estados membros.

A *Conferencia dos Chefes de Estados e de Governo* é a instancia mais alta da CPLP. Esta é composta pelos chefes de Estado de Governo de todos os Estados-membros e tem como competências: Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP; adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes ao Conselho de Ministros; criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP; eleger entre os seus membros um Presidente, de forma rotativa e por um mandato de dois anos (habitualmente, o Presidente do país anfitrião)e; eleger o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto da CPLP.

O *Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores* é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores dos oito Estados membros. São competências do Conselho de Ministros: Coordenar as atividades da CPLP; Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP; Aprovar o orçamento da CPLP; Formular recomendações à Conferência de Chefes de Estado e de Governo em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP; Recomendar à Conferência de Chefes de Estado os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto; Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP e; Realizar outras tarefas que lhe forem confiadas pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

---

<sup>102</sup> Disponível em [www.cplp.org](http://www.cplp.org) acesso em 13/11/2003.

Este *Conselho* elege entre seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano (habitualmente, o Ministro do país anfitrião). O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado, a quem deve apresentar os respectivos relatórios. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

As *Reuniões Ministeriais Temáticas* são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais dos Estados membros. Compete a estas Reuniões coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais. Os documentos produzidos e aprovados por essas Reuniões são depositados, junto ao Secretariado Executivo, pelo Estado membro anfitrião, tornando-se parte integrante das diretrizes a serem seguidas pela Comunidade. As ações aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais são financiadas por fontes identificadas pelos órgão temáticos envolvidos, podendo ser conduzidas por esses órgãos, em atuação concertada, ou através do Secretariado Executivo, quando isso se mostrar conveniente.

Em algumas áreas os encontros entre Ministros dos países de língua portuguesa vinham ocorrendo antes mesmo de ficar acordada a criação da CPLP. Desde Julho de 1996, data da criação da Organização, foram realizadas as seguintes Reuniões de Ministros, em cada área temática: Administração Interna (Segurança), Administração Pública, Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Correios e Telecomunicações, Cultura, Defesa, Desporto, Educação, Justiça, Juventude, Pescas, Presidência e Assuntos Parlamentares, Trabalho e Assuntos Sociais e Turismo.

O *Comitê de Concertação Permanente* é constituído por um representante de cada um dos estados membros. Habitualmente, esses representantes são os Embaixadores dos países membros em Lisboa, mais o responsável pelos temas da CPLP no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Este Comitê de reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, na sede da Organização, em Lisboa, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação feita pelo Coordenador. Esta instituição é coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete ao Comitê acompanhar o cumprimento, pelo

Secretariado Executivo, das decisões e recomendações emanadas da Conferência de Chefes de Estado e do Conselho de Ministros. Este Comitê poderá também exercer funções deliberativas em temas cuja responsabilidade lhe tenha sido atribuída pela Conferência ou pelo Conselho. As decisões do Comitê de Concertação Permanente são tomadas por consenso.

O *Secretariado Executivo* é o órgão da CPLP encarregado de implementar as decisões da Conferência de Chefes de Estado, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente. É atribuição do Secretariado: planificar e assegurar a execução dos programas de atividades da CPLP; organizar e participar das reuniões dos vários órgãos da CPLP; responder pelas finanças e pela administração geral da Organização.

O *Secretário Executivo* possui mandato de dois anos, renováveis uma vez. Estabeleceu-se a praxe de que o cargo seria ocupado, rotativamente, por uma alta personalidade de um dos países membros, cabendo aos governos de cada um dos países, por ordem alfabética, fazer a indicação do nome que exercerá as funções.

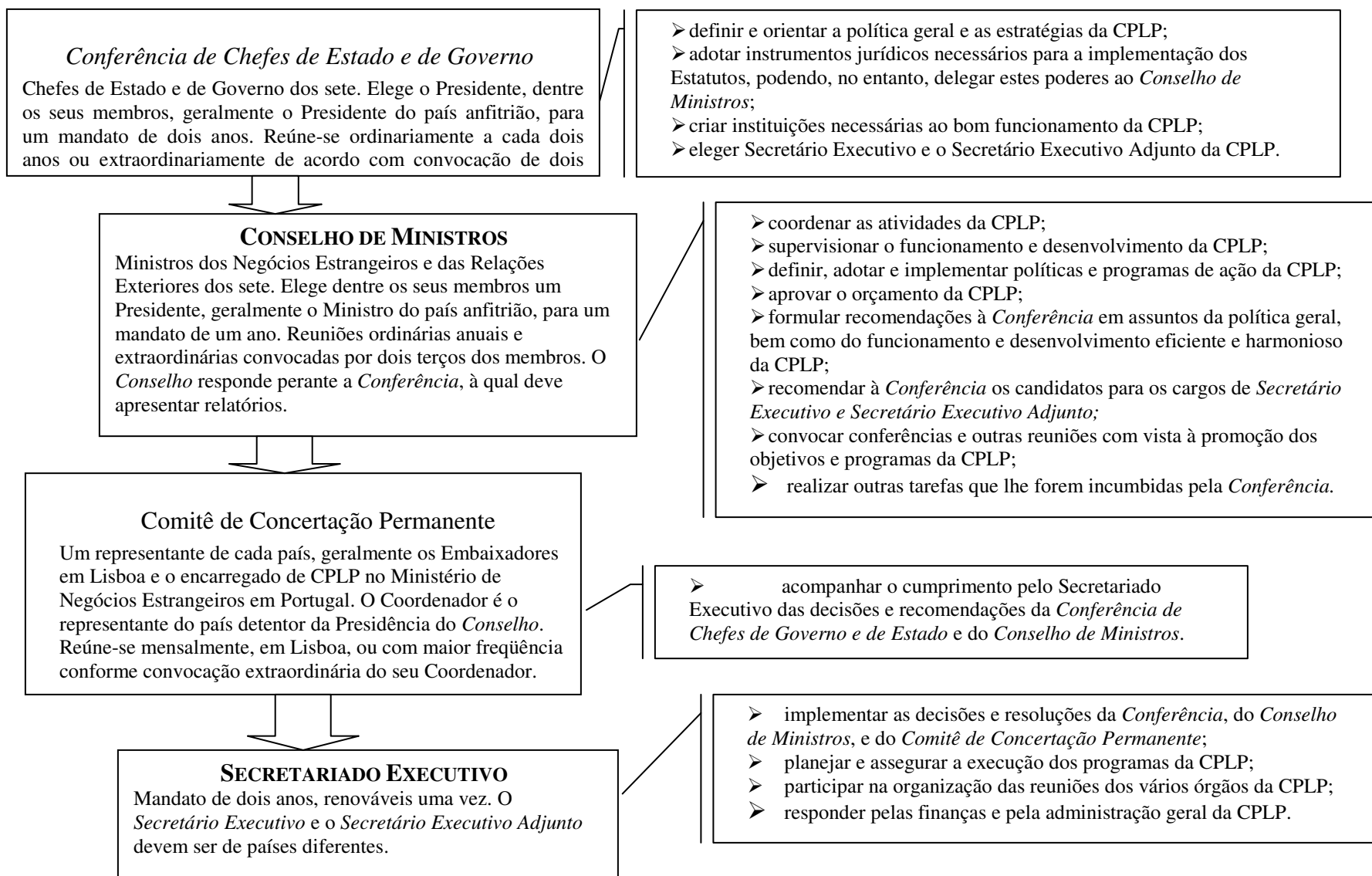
São principais competências do *Secretário Executivo*: Empreender, sob orientação da Conferência de Chefes de Estado ou do Conselho de Ministros, ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objetivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento; Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo, após consulta ao Comitê de Concertação Permanente; Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP; Ser guardião do patrimônio da CPLP; Representar a CPLP nas ocasiões pertinentes; Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência de Chefes de Estado, pelo Conselho de Ministros e pelo Comitê de Concertação Permanente.

Devendo ser o *Secretário Executivo Adjunto* de nacionalidade diferente da do *Secretário Executivo*, estabeleceu-se a praxe de que o *Secretariado Executivo Adjunto* seria ocupado por uma alta personalidade de um dos países membros, em ordem alfabética inversa. Compete ao *Secretário Executivo Adjunto* contribuir com o Secretário Executivo no exercício das suas funções e substituí-lo em casos de ausência ou impedimento.

Compete à *Assessoria ou Gabinete de Assessores* assistir o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto em tarefas várias, tais como redação de discursos, pareceres, relatórios, atas de reuniões. Cabe, ainda, aos Assessores, a elaboração e o acompanhamento dos Programas de Atividades a que estão afetos, podendo, no exercício desta atividade, participar de reuniões e encontros setoriais. A critério do *Secretário Executivo* ou do *Secretário Executivo Adjunto*, os assessores poderão representar a CPLP em eventos, que tenham ou não a ver com suas áreas próprias de atuação.

A *Reunião dos Pontos Focais da Cooperação* congrega as unidades responsáveis, nos estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. Esta Reunião é coordenada pelo representante do estado membro que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete à este Órgão assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano, e extraordinariamente, quando solicitado por 2/3 dos estados membros. Quando coincide com Conferências de Chefes de Estado e de Governo ou Reuniões do Conselho de Ministros, a *Reunião dos Pontos Focais da Cooperação* realiza-se na cidade anfitriã desses eventos. Nos demais casos, a Reunião têm lugar na sede da CPLP, em Lisboa.

O organograma a seguir refere-se às competências dos Órgãos da CPLP. Este diagrama foi elaborado a partir de COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (1999). *Documentos – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: 126 páginas. (CPLP op.cit. 41)





**Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**  
(Reformulados na Reunião do Conselho de Ministros em São Tomé)

Artigo 1º

(Denominação)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros.

Artigo 2º

(Estatuto Jurídico)

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º (\*\*)

(Objetivos)

São objetivos gerais da CPLP:

- a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.
- a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Artigo 4º

(Sede)

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, capital da República Portuguesa.

Artigo 5º

(Princípios orientadores)

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados Membros;
- b) Não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela sua identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela sua integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

## Artigo 6º

### (Membros)

1. Para além dos Membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.
2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita através de uma decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
3. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo definirá as formalidades para a admissão de novos Membros e para a adesão aos presentes Estatutos por novos Membros.

## Artigo 7º

### (Órgãos)

1. São órgãos da CPLP:
  - A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
  - b) O Conselho de Ministros;
  - c) O Comitê de Concertação Permanente;
  - d) O Secretariado Executivo.
2. Na materialização do seus objetivos a CPLP apoiasse também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados Membros da CPLP.

## Artigo 8º

### (Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados Membros e é o órgão máximo da CPLP.
2. São competências da Conferência:
  - a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
  - b) Adotar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
  - c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
  - d) Eleger de entre os seus Membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
  - e) Eleger o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto da CPLP.
3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos, e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados Membros.
4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados Membros.

## Artigo 9º (\*)

### (Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

- São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

Presidir as reuniões da Conferência;

Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência;

Representar a CPLP quando apropriado;

Convocar e transmitir orientações ao Secretário Executivo, sempre que achar necessário, para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;

O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

## Artigo 10º

(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados Membros.

2. São competências do Conselho de Ministros:

a) Coordenar as actividades da CPLP;

b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;

c) Definir, adotar e implementar as políticas e os programas de ação da CPLP;

d) Aprovar o orçamento da CPLP;

e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP.

f) Recomendar à Conferência os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto;

g) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objetivos e programas da CPLP;

h) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.

3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano.

4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados Membros.

5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, a quem deverá apresentar os respectivos relatórios.

6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

## Artigo 11º (\*)

(Competências do Presidentedo Conselho de Ministros)

- São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- Presidir as reuniões do Conselho;

- Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;

- Representar a CPLP quando apropriado;

- Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo, sempre que achar necessário, para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;

- O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

## Artigo 12º (\*\*)

(Comité de Concertação Permanente)

- Comité de Concertação Permanente é constituído por um Representante de cada um dos Estados membros da CPLP.
- Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho de Ministros.
- O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
- O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
- As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
- O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
- O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 9º ad referendum do Conselho de Ministros.

## Artigo 13º (\*\*)

(Secretariado Executivo)

- O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:  
Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;  
Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;  
Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;  
Acompanhar a execução das decisões das reuniões sectoriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.
- O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

## Artigo 14º (\*\*)

(Secretário Executivo)

- O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Países Membros da CPLP, eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
- São principais competências do Secretário Executivo:  
Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;  
Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;  
Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;  
Propor a convocação de reuniões extraordinárias para a discussão de problemas concretos na área da ajuda humanitária de emergência;  
Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;

Representar a CPLP nos fora internacionais;  
Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente.

#### Artigo 15º (\*\*)

(Secretário Executivo Adjunto)

1. O Secretário Executivo Adjunto é eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
2. O Secretário Executivo Adjunto será de nacionalidade diferente da do Secretário Executivo.
3. Compete ao Secretário Executivo Adjunto coadjuvar o Secretário Executivo Adjunto no exercício das suas funções e substituí-lo em casos de ausência ou impedimento.

#### Artigo 16º

(Quorum)

1. O Quorum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos cinco Estados Membros.

#### Artigo 17º

(Decisões)

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados Membros.

#### Artigo 18º

(Regimento Interno)

Os órgãos e instituições da CPLP definirão e seu próprio regimento interno.

#### Artigo 19º (\*\*)

(Proveniência dos Fundos)

Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.

É criado um Fundo Especial, com Regimento próprio aprovado pelo Conselho de Ministros, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das acções concretas levadas a cabo no quadro da CPLP e constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas.

#### Artigo 20º (\*\*)

(Orçamento)

O Orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.

A proposta orçamental é preparada pelo Secretariado Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

## Artigo 21º

(Patrimônio)

O Patrimônio da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

## Artigo 22º

(Emenda)

1. O Estado ou Estados Membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretariado Executivo uma notificação, contendo as propostas de emenda.
2. O Secretário Executivo comunicará, sem demora, ao Comitê de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no nº1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

## Artigo 23º

(Entrada em vigor)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura, e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados Membros.
2. Os presentes Estatutos serão adotado por todos os Estados Membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

## Artigo 24º

(Depositário)

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados Membros.

Feitos em Lisboa, a 17 de Julho de. 1996

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

(\*) Artigo incluído no Estatuto, de acordo com Resolução Aprovada na Reunião do Conselho de Ministros, realizada em São Tomé e Príncipe, em 31 de julho de 2001.

(\*\*) Artigo modificado no Estatuto, de acordo com Resolução Aprovada na Reunião do Conselho de Ministros, realizada em São Tomé e Príncipe, em 31 de julho de 2001.

## **IIª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP**

### **DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO SOBRE EDUCAÇÃO**

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos na cidade da Praia, Cabo Verde,

Empenhados em reforçar os laços de solidariedade e cooperação que unem os Países membros da CPLP, em valorizar a língua portuguesa e, em aprofundar a profícua concertação entre seus Governos;

Persuadidos da necessidade de empreender um esforço colectivo que complemento as acções desenvolvidas em nível nacional para a melhoria do bem-estar económico e da qualidade de vida de nossos povos;

Guiados pelo compromisso de aprofundar os mecanismos de cooperação comunitários em todos os níveis de governo;

Comprometidos com a luta contra a pobreza, contra todo o tipo de discriminação e exclusão social;

Conscientes de que a educação é um direito fundamental e factor essencial para que o ideal da CPLP se consolide de modo harmonioso, atenuando as desigualdades existentes em cada Estado membro;

Atentos à necessidade de nos Estados democráticos modernos, além da busca de taxas elevadas de crescimento económico, ser essencial assegurar o acesso de suas populações, em particular das classes mais pobres, a níveis adequados de educação;

Convictos da importância estratégica da educação para o pleno exercício da cidadania e como investimento essencial para o desenvolvimento dos Estados Membros;

Imbuídos da noção de que todas as iniciativas na área educacional estão interrelacionadas e são igualmente importantes para a consolidação da CPLP;

Tendo em consideração a Declaração e as conclusões da I Conferência de Ministros da Educação da CPLP:

Responsabilizam-se por garantir oportunidades de educação continuada as suas populações, estimulando o desenvolvimento individual e colectivo.

Afirmam o seu compromisso de organizar um conjunto de acções para aprofundar a cooperação comunitária na área educacional, em particular por meio das seguintes directrizes:

Priorizar políticas educacionais abrangentes, com ênfase na alfabetização, na educação básica intercultural e bilingue, e na educação continuada de jovens e adultos;

Reforçar o ensino médio, técnico e profissionalizante;

Desenvolver programas de educação especial destinados a alunos com necessidades específicas de aprendizagem;

Intensificar a cooperação na área de ensino superior e estimular a concessão de bolsas de estudos e o intercâmbio de estudantes, docentes e pesquisadores;

Estabelecer sistemas comuns de avaliação da qualidade do ensino, em todos os níveis;

Promover a valorização da carreira docente, por intermédio da implementação de programas de formação e aperfeiçoamento de professores e demais profissionais vinculados à educação;

Fortalecer a administração e gestão das infra-estruturas educacionais, com vista a uma maior participação da comunidade e da família;

Assegurar o acesso e o uso de novas tecnologias de informação aplicadas às actividades docentes;

Promover o ensino à distância nos diversos níveis;

Ampliar a disponibilidade de fornecimento de material didáctico de natureza variada e compatível com os sistemas de ensino de cada país;

Fomentar estratégias educativas que contribuam para a afirmação de valores compartilhados, como a paz, a democracia, o estado de direito, os direitos humanos, a tolerância e a protecção do meio ambiente;

Desenvolver programas de ensino específicos para as sociedades multiculturais, como vista a reforçar o respeito e o apreço pela diversidade étnica, cultural e religiosa, e a combater todas as formas de discriminação.

Para o cumprimento destes propósitos, os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, comprometem-se a:

Orientar os órgãos de seus respectivos Governos, e os responsáveis pela educação, em especial, a concentrarem, de forma prioritária, esforços e recursos em acções e projectos para a formação e valorização dos recursos humanos;

Determinar que os órgãos competentes dos países membros da CPLP desenvolvam programas e projectos de cooperação na área educacional, em conformidade com as directrizes acima definidas;

Recomendar que as instâncias decisórias e setoriais da CPLP conjuguem esforços junto aos Organizações internacionais multilaterais e outras entidades financiadoras, com vista ao provimento de recursos suplementares para os projectos educacionais, a serem canalizados para um Fundo Especial comunitário;

Instruir o Secretário Executivo, a reunir subsídios para a elaboração de um "Programa de Acção da CPLP na Área de Educação", a ser preliminarmente apreciado na próxima reunião dos Ministros da Educação da CPLP, a realizar-se no Brasil, em novembro do corrente ano, e posteriormente elevado a consideração da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP de 1999 para aprovação.

Feita e assinada na cidade da Praia, a dia 17 de Julho de 1998.



### **Projecto de HIV/ SIDA da CPLP**

As proporções da epidemia que o HIV/SIDA alcançou no mundo, particularmente em África, onde rapidamente deixou de ser apenas um problema de saúde para se converter numa questão de desenvolvimento, levaram os Chefes de Estados e de Governo da CPLP, na Cimeira de Maputo, em Julho de 2000 a adoptarem uma declaração sobre o VIH/SIDA, com um mandato preciso ao Secretariado Executivo, com vista a debelar os efeitos da doença no espaço comunitário.

No cumprimento daquelas directrizes, o Secretariado Executivo promoveu na sua Sede, dois encontros, em Novembro de 2000 e Março de 2001, que envolveram os Coordenadores Nacionais da Luta contra o HIV/SIDA, dos Países da CPLP e, contaram com a colaboração de especialistas da ONUSIDA e da UNICEF, bem como de Convidados da OUA.

Ainda na sequência da III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Maputo foi elaborada e assinada a Declaração sobre o HIV/SIDA, que serviu de orientação base para os lineamentos de iniciativas relacionados com a temática em todos os países da CPLP.

Nessa perspectiva, foi elaborado, pelo Secretariado Executivo da CPLP, o Projecto Programa de apoio à luta contra DST/HIV/SIDA, nos Estados membros, que tem como característica fundamental apoiar os estados membros na conclusão dos programas nacionais.

O projecto de HIV/SIDA da CPLP não substituirá os Programas Nacionais, mas funcionará como complemento a estes programas, tendo em conta que as actividades inseridas no projecto, não constam dos Programas Nacionais dos Estados membros.

Em Novembro de 2001, foram assinados os Termos de Colaboração entre o Secretariado executivo da CPLP e o Programa comum da Nações Unidas sobre HIV/SIDA-UNAIDS. Assim, pretendendo viabilizar o referido projecto, o Secretariado Executivo, junto da Coordenação nacional da DST/AIDS do Ministério da Saúde do Brasil, organizou uma Oficina de Trabalho em Brasília, em Dezembro de 2001, que contou com a participação dos Coordenadores dos Programas Nacionais de Luta contra o HIV/SIDA nos Estados membros.

Quanto às prioridades e estratégias das acções contra a SIDA entre os Estados membros, delinearam-se os seguintes objectivos:

- Redução na incidência da infecção pelo HIV/SIDA;
- Aumento do número de pessoas que conhecem o seu estatuto de seropositivo, face à infecção pelo HIV/SIDA;
- Redução da morbi-mortalidade da infecção pelo HIV/SIDA.

As prioridades das acções em SIDA foram definidas, como segue:

- Apoio ao desenvolvimento e fortalecimento da capacidade institucional, de gestão e de coordenação;
- Reforço e apoio à criação e o desenvolvimento de sistemas de vigilância epidemiológica e comportamental adequados, para que permitam a fiabilidade no conhecimento da situação vigente e nas tendências de evolução da epidemia;
- Promoção da Informação/Educação/Comunicação com maior ênfase nos grupos mais vulneráveis;
- Promoção dos projectos de prevenção que envolvam as populações em situação de maior vulnerabilidade;
- Facilitação do acesso ao material preventivo(preservativos, lubrificantes, seringas, etc), equipamentos de laboratório, kits de diagnóstico e reagentes, a material descartável e a material informativo, formativo e pedagógico;
- Reforço e desenvolvimento da implementação da rede laboratorial de testagem sanguínea, afim de garantir a segurança transfusional nos bancos de sangue;
- Facilitação e implementação de estruturas que permitam o aconselhamento e de detecção precoce e voluntária DTS/HIV/SIDA, mediante a criação ou expansão do número de centros adequados ao atendimento e testagem;
- Promoção e desenvolvimento do acesso aos cuidados contínuos e integrados às PVVIH, incluindo o apoio extra- hospitalar;
- Promoção ao acesso do tratamento das DTS/IO/HIV/TB, promovendo a aderência medicamentosa;
- Contribuição para o desenvolvimento da produção local de medicamentos destinados à profilaxia, tratamento das doenças oportunistas e ao tratamento anti-retrovírico;
- Garantia e promoção da aquisição de ARV/ATB a preços diferenciados;
- Promoção de uma política de desenvolvimento de Direitos Humanos e de Integração Social face à discriminação e estigma associados ao HIV, particularmente em defesa dos grupos vulneráveis;
- Apoio à criação e/ou expansão do número de unidades de saúde de referência adequado ao diagnóstico das DTS/HIV/SIDA, incluindo infecções oportunistas, e ao seu tratamento e monitorização laboratorial;
- Promoção da assistência educativa e o apoio domiciliário às pessoas vivendo com HIV/SIDA ao nível comunitário;

- Identificação e apoio à capacitação na área dos recursos humanos, incluindo profissionais de saúde e agentes comunitários nas áreas de gestão e avaliação de programas, epidemiologia, laboratorial, clínica e terapêutica, no âmbito das DTS/HIV/SIDA;
- Promoção e avaliação de iniciativas no âmbito do projecto;
- Estímulo ao desenvolvimento e participação activa da Sociedade Civil, incluindo as PVVIH;
- Criação de mecanismos e acções que garantam o desenvolvimento de uma cooperação horizontal.

A proposta apresentada nesta reunião foi aprovada de forma a constituir-se como uma proposta consolidada sobre o papel da CPLP, na construção de uma resposta para o controle da epidemia de Sida para o conjunto dos estados membros.

O projecto da CPLP, na luta contra o HIV/SIDA foi apresentado na Reunião das Nações Unidas sobre o Fundo Global em Abril de 2002. Na ocasião aproveitou-se para estabelecer contactos com as instituições presentes, sensibilizando os presentes para o programa apresentado pela CPLP ao Fundo Global.

Entretanto, o Fundo ainda não havia definido critérios de trabalho com instituições multilaterais, e que, para que o Programa HIV/SIDA da CPLP fosse definitivamente aprovado, foi necessário a reformulação do projecto de acordo com as modalidades e formato utilizado no Fundo Global, bem como a inclusão de acções de carácter multilateral.

O projecto foi reformulado de acordo com as orientações do Fundo Global com apoio do Ministério da Saúde do Brasil, através da cedência de uma consultora, especialistas do Ministério da Saúde de Portugal, do Instituto de Medicina Tropical, apoiados pelo Secretariado Executivo.

Finalizada a proposta, que continha como anexo cartas de recomendação dos Ministros da Saúde dos Estados membros, foi enviada para apreciação do Fundo Global que nos informou o seguinte:

“ A proposta será primeiro analisada pelo Secretariado para garantir que está completa e cumpre com os requisitos estabelecidos. Se for eleita, será ainda revisada pelo Painel de Revisão Técnica do Fundo”. Finalmente comunicam que os resultados finais do processo serão anunciados depois da reunião do Fundo Global em Outubro de 2003.

Em Julho de 2003 o projecto foi revisado pelo Painel de Revisão Técnica do Fundo, tendo este sector do Fundo solicitado algumas informações adicionais ao Secretariado Executivo, tendo este respondido dentro do prazo estabelecido. No momento aguarda-se pela próxima ronda a realizar-se em Outubro para a decisão final.

## **Estatutos Revistos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa**

### **Artigo 1.º**

#### **Objecto**

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a seguir, abreviadamente, designado por IILP, é uma organização criada pelos Estados membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e tem por objectivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

### **Artigo 2.º**

#### **Sede**

O IILP tem sede permanente na Praia, capital da República de Cabo Verde.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgãos**

- 1 - São órgãos do IILP o presidente e a assembleia geral.
- 2 - A gestão do IILP é assegurada por um director executivo.
- 3 - O secretariado dos órgãos do IILP é assegurado pela comissão nacional do país que exerce a presidência.

### **Artigo 4.º**

#### **Presidente**

- 1 - O presidente do IILP será uma individualidade de um dos Estados membros designado, rotativamente, na Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP para um mandato de dois anos.
- 2 - Compete ao presidente:
  - a) Representar o IILP junto dos governos e organizações internacionais;
  - b) Supervisionar as actividades do IILP, designadamente assegurar a execução das orientações aprovadas pela assembleia geral;
  - c) Submeter à assembleia geral o relatório e contas do exercício findo e apresentar a proposta de orçamento para o exercício seguinte.
- 3 - Em caso de impedimento, o presidente será, interinamente, substituído pelo director executivo.

### **Artigo 5.º**

#### **Assembleia geral**

- 1 - A assembleia geral é constituída por um coordenador das comissões nacionais de cada um dos Estados membros do IILP.
- 2 - Compete à assembleia geral:
  - a) Elaborar e aprovar o seu regimento;

- b) Determinar as orientações do IILP;
  - c) Apreçar e aprovar o plano de actividades proposto pelo director executivo;
  - d) Aprovar o relatório, as contas e a proposta de orçamento do IILP;
  - e) Apreçar e aprovar projectos e programas que lhe sejam submetidos pelas comissões nacionais;
  - f) Deliberar sobre doações e contribuições ao IILP;
  - g) Deliberar sobre as propostas de alteração dos Estatutos que lhe sejam submetidas por um ou mais Estados membros;
  - h) Decidir sobre a participação nas actividades do IILP de entidades públicas ou privadas;
  - i) Deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse do IILP.
- 3 - As deliberações serão adoptadas por consenso.
- 4 - O presidente da assembleia geral será designado pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP, de forma rotativa, entre os representantes dos Estados membros para um mandato de dois anos.
- 5 - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano no país que assume a presidência do IILP e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente.
- 6 - A assembleia geral pode autorizar a presença de observadores nas suas reuniões.

#### Artigo 6.º Director executivo

- 1 - O director executivo é designado na Conferência Sectorial dos Ministros da Educação da CPLP para um mandato de quatro anos, que poderá ser renovado uma só vez.
- 2 - Compete ao director executivo:
- a) Gerir o IILP, chefiar e coordenar os seus serviços de acordo com os planos e programas aprovados pela assembleia geral e as orientações do presidente;
  - b) Propor e apresentar à assembleia geral o plano de actividades, tendo por base os projectos e programas apresentados pelas comissões nacionais;
  - c) Determinar as directrizes de administração e implementação do plano de actividades, ouvidas as comissões nacionais.

#### Artigo 7.º Comissões nacionais

- 1 - Cada Estado membro cria uma comissão nacional, composta por representantes de instituições governamentais e privadas de sectores ligados ao campo de actuação do IILP.
- 2 - Compete às comissões nacionais:
- a) Apresentar e propor à assembleia geral projectos e programas, que deverão ser integrados no plano de actividades por esta aprovado;
  - b) Coordenar com o director executivo em assuntos de interesse comum e prestar-lhe apoio sempre que necessário;
  - c) Assegurar a execução dos projectos e actividades que, de acordo com o plano aprovado em assembleia geral, sejam da competência do respectivo Estado membro.

#### Artigo 8.º Fundos

Os fundos do IILP são integrados por contribuições, doações e outros valores ou bens de procedência governamental, de organizações internacionais ou de entidades privadas, bem como por receitas próprias.

#### Artigo 9.º Património

O património do IILP é constituído por todos os bens móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

#### Artigo 10.º Alterações

- 1 - O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão, por escrito, ao director executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.
- 2 - O director executivo comunicará aos restantes Estados membros e ao presidente as propostas de alteração referidas no número anterior, que as submeterá à consideração da assembleia geral, para eventual aprovação.

#### Artigo 11.º Entrada em vigor

Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a notificação ao depositário do cumprimento das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

#### Artigo 12.º Depositário

Os textos originais dos presentes Estatutos serão depositados na sede do IILP, junto do seu director executivo, que enviará as cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

Feito na Cidade da Praia, em 17 de Julho de 1998.

Pelo Governo da República de Angola:

António Brito da Silva Neto.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Luís Filipe Palmeira Lampreia.

Pelo Governo da República de Cabo Verde:

José Luís de Jesus.

Pelo Governo da República da Guiné-Bissau:

Fernando Delfim da Silva.

Pelo Governo da República de Moçambique:

Leonardo dos Santos Simão.

Pelo Governo da República Portuguesa:

Jaime José Matos da Gama.

Pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe:

Homero Jerónimo Salvaterra.

Marcolino Moco, secretário executivo.

